



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

AO MM. JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MS.

**JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO**, brasileiro, solteiro, mecânico, inscrito no CPF sob o nº 065.583.923-21, portador da C.I. n.º 0391315420109, residente e domiciliado na Rua A-30, Quadra 2, Lote 2, Jardim Planalto, Três Lagoas-MS CEP:79.640-572, através de seus procuradores signatários (outorga inclusa), estabelecidos profissionalmente no endereço constante no rodapé desta lauda, onde receberão as comunicações forenses de estilo, vem, perante a inclita presença de Vossa Excelência com fundamento no art. 319 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO  
POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA  
PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, contra:**

Em desfavor da **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.292.312/0001-06, com sua sede na Rua Doutor Eduardo De Souza Aranha, nº 153, andar 4, Bairro Vila Conceição, São Paulo - SP, CEP: 04.543-120, mediante os argumentos de fato e de direito a seguir alinhavados:

**PRELIMINARMENTE**

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Informa o Autor, que não possui condições de arcar com as custas e despesas do processo sem que haja prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, tendo em vista ser pessoa simples e pobre na concepção jurídica do termo, conforme comprovam os documentos anexos (Está EMPREGADO E RECEBENDO BAIXOS RENDIMENTOS).

Rua Nazaré, Quadra 13, Lote 03 - Condomínio Portugal, Senador Canedo, Goiás.  
E-mail: [Tania.timoteo@hotmail.com](mailto:Tania.timoteo@hotmail.com)  
Telefone: (062) 99206-8491





Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

fls. 2

Sendo assim, pugna para que lhe seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC, assim como o artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1.988.

### I - DOS FATOS

Inicialmente insta registrar que trata-se o Requerente de pessoa honesta, séria e trabalhadora, cujo maior patrimônio é o seu nome, sua imagem, sua honra, os quais restaram vilipendiados pelas ações negligentes e arbitrárias das Requeridas, que além de contratar em seu nome com terceiro, ainda o incluíram na "lista negra dos maus pagadores" causando-lhe danos imensuráveis por motivo de débito totalmente desconhecido.

Pois bem, o inicio do presente INFORTUNIO ocorreu no início do mês de setembro, quando o Requerente fora surpreendida com a negatória de empréstimo junto ao comércio local, fato que lhe ocasionou enorme dor psíquica, padecimento moral e vexame em público.

Não acreditando na situação absurda em que fora submetido injustamente, bem como ciente de sua total adimplênci quanto as suas obrigações assumidas, o Requerente decidiu por consultar seu nome junto ao SPC, onde constatou a macula imensurável registrada em seu nome, senão vejamos:

- Credor: FIDIC NPL II
- Data vencimento: 22/01/2021;
- **Tipo-Contrato: 12863951000132;**
- Valor: R\$ 892,61;

De plano contestou a dívida, haja vista que NÃO possuía qualquer relação junto a Requerida, tão pouco débito.

Não acreditando em tal situação, pois o Requerente se encontrava em dia com todas suas obrigações financeiras, decidiu por consultar seu nome junto aos Órgão de Proteção ao Crédito, onde constatou a macula imensurável em seu nome (Doc. anexo).

---

Rua Nazaré, Quadra 13, Lote 03 - Condomínio Portugal, Senador Canedo, Goiás.  
E-mail: Tania.timoteo@hotmail.com  
Telefone: (062) 99206-8491



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

Advogada OAB/GO 30.863

**Realizada tal consulta, logo teve certeza de fraude em seu nome,** tanto pelo seu caso coincidir com outros existentes, onde estelionatários utilizam nome de terceiros ante ao falho sistema da Requerida, como pelo fato de nunca ter perdido ou ter sido furtado de seus documentos pessoais.

Outro ponto que merece ser registrado é que nenhum momento o Requerente foi comunicado ou notificado da cessão de credito havida entre a parte Requerida, o que além de invalidar todo o ato, ainda configura como ilegal e danosa a conduta da Requerida ao negativar o nome do Autor de forma ilegítima.

Ora, não pode o Requerente ser penalizado ou cobrado por uma dívida que sequer comprometeu a adimplir. Se a parte requerida, não utiliza os meios necessários e juridicamente corretos para se resguardarem de condutas gravosas de terceiros ou de seus próprios prepostos, deve suportar as consequências de suas desídias e falta de organização no oferecimento de seus serviços (RISCO CRIADO).

Nesse diapasão, repise-se, patente é a **negligência, o descaso, a arbitrariedade e a falta de segurança** nas transações comerciais por parte da Requerida, que mesmo em decorrência de credito indevido, negativou o nome da Requerente de forma ilegal e abrupta, de modo a lhe causar danos imensuráveis, tais como vexame em público, transtornos, indignação, dentre outros.

**Ora, consignado o cumprimento de sua obrigação, não há como admitir que a parte Requerente sofra flagrante cerceamento de seu direito, quando, na verdade, nada deve.**

Ora, está clarividente que a Requerida frustrou o dever jurídico relativo à natureza dos serviços que presta, gerando, assim, a responsabilidade civil e com ela a pretensão do Requerente em ser resarcida pelos prejuízos morais sofridos injustamente, regra esta adotada de forma única em nosso ordenamento jurídico.

## II - DO DIREITO

### 1 - Do Dano Moral

O Requerido, diante de sua conduta inexplicável, responde obrigatoriamente pelas seguintes teorias aplicáveis de modo específico ao caso, vejamos:

---

**Rua Nazaré, Quadra 13, Lote 03 - Condomínio Portugal, Senador Canedo, Goiás.**  
**E-mail: Tania.timoteo@hotmail.com**  
**Telefone: (062) 99206-8491**



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

Advogada OAB/GO 30.863

**TEORIA DA CULPA OBJETIVA** - onde a empresa responde independente da existência de culpa, bastando apenas demonstrar o nexo causal entre a conduta (erro, negligência, descaso, bem como a inclusão e manutenção de seu nome indevidamente) e o dano advindo (transtornos, perca de transações comerciais (compra e venda), tempo e o vexame em público, dano moral puro);

**DO DANUM IN RE IPSA** - onde conforme entendimento superior, o simples comprovante de negativação indevida já configura o dano moral puro - doc. anexo;

**TEORIA DO RISCO CRIADO ou ASSUMIDO** - onde pelo simples fato de prestar serviços e dele auferir lucro, a empresa responde obrigatoriamente pelo risco potencial criado em virtude do desempenho de sua atividade.

A conduta adotada pelo Requerido trouxe inúmeros transtornos e dissabores a Requerente, submetida injustamente a situações por demais vexatórias.

Tudo isto, certamente afeta o lado sentimental e emocional de qualquer pessoa, implicando ataque à sua honorabilidade e DIGNIDADE.

A respeito do assunto discorre a Doutrina de Maria Helena Diniz, em sua obra de Direito Civil Brasileiro - Teoria das Obrigações - Vol. II:

**"Todo aquele que voluntariamente infringir dever jurídico, estabelecido em lei ou relação negocial, causando prejuízo a alguém, ficará obrigado a resarcir-lo (CC, arts. 186 e 927), pois, uma vez vulnerado direito alheio, produzindo dano ao seu titular, imprescindível será uma reposição ao status quo ante ou um reequilíbrio ao desajuste sofrido".**

Com efeito, garante a Norma Constitucional do **art. 5º, inciso X, da Constituição da República**, a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.

Nesta senda, o Código Civil Brasileiro estabelece no seu art. 186:



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

**Art. 186.CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.**

No mesmo sentido, reza o art. 927 do Código Civil:

**Art. 927.CC. Aquele que, por ato ilícito (arts.186 e 187), causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.**

**Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa (CULPA OBJETIVA), nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (RISCO ASSUMIDO).**

Aqui há de se observar ainda o disposto nos artigos 14 caput e 43, § 2º e §3º do CDC, que preceitua:

**Art.14.CDC. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (culpa objetiva)**

**Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.**

**§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.**

**§3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.**



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

O dano moral deve ser realmente comprovado, demonstrando como no caso em tela, a presença dos pressupostos da responsabilidade civil, insertos no mencionado art. 186 do Código Civil, quais sejam: **a ação ou omissão do agente, a sua culpa, a relação de causalidade entre sua conduta e o resultado advindo, e o dano experimentado pela vítima.**

Ora Excelentíssimo verifica-se aqui a flagrante ofensa aos predicados pessoais da Requerente ante a irreversível constatação de que experimentou dissabores e se sujeitou às situações vexatórias, impregnando uma indelével nódoa em seu âmago de forma a ensejar a concessão de reparação pecuniária como forma de ser compensado pela decepção enfrentada.

Das provas acima cotejadas emerge, então, a evidência de que a Requerente teve a sua moral profundamente atingida, pois se viu diante de uma indigitada situação, pondo em risco sua sólida reputação construída ao longo de vários anos. A credibilidade pessoal da Requerente evidentemente foi posta em dúvida por obra da negligência do Requerido, somado à má prestação de seus serviços.

Lecionando acerca da matéria ora debatida, APARECIDA AMARANTE (in. Responsabilidade civil por dano à honra. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.), ensina que a pessoa física é dotada de um conjunto de bens morais, representados pela "... **reputação, idoneidade, bom nome, enfim, por todas as qualidades que traduzem um valor social. E a ofensa a essas qualidades, sob qualquer configuração que se apresente, tipifica-se, perfeitamente, como reparável pelo Direito Civil.**"

Nesta senda:

RECURSO ESPECIAL N° 419.365-MT (2002/0028678-0)  
 RELATOR: MIN. NANCY ANDRIGHI Data Julgamento:  
 11/11/2002 - 4<sup>a</sup> Turma STJ **EMENTA : "INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC. DANOS MORAIS. PROVA. DESNECESSIDADE. INDENIZAÇÃO. ARBITRAMENTO.** Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de inscrição indevida no cadastro de inadimplentes, **considera-se presumido o dano moral, não havendo necessidade da prova do prejuízo, desde que comprovado o evento danoso."**



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

**"DANO MORAL - Manutenção em cadastro de inadimplentes após a quitação do débito. Cumpre ao credor providenciar o cancelamento da anotação negativa do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito, quando quitada a dívida. A manutenção do nome daquele que já quitou dívida em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, presumir. O valor da indenização deve ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito" (STJ - REsp 631.329 - RS - 3<sup>a</sup> T. - Rel<sup>a</sup> Min. Nancy Andrighi - DJU 02.08.200408.02.2004). Grifei**

Assim, dos fatos aqui narrados e dos documentos que instruem a presente, comprova-se os danos morais em face da Requerente, pois se provou: **a) Existência do dano comprovado** - a ocorrência do dano moral, tendo em vista a situação vexatória e humilhante impingida à sua pessoa, bem como o cerceamento de seus direitos creditícios e fama de mau pagadora ; **b) Conduta culposa** - o ato ilícito, a indevida inclusão e manutenção de seu nome no SPC e Serasa - débito pago tempestivamente e **c) da mesma forma, comprova-se o nexo de causalidade**, pois o evento só ocorreria devido o erro e à negligente ação do Requerido, somado a má prestação de seus serviços.

Uma vez firmado o entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca do assunto aqui tratado, perfeitamente viável é a pretensão ora buscada, ante a incontestável ofensa à reputação e ao bom nome da Requerente.

### III - DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

A personalidade do indivíduo é o repositório de bens ideais que impulsiona o homem ao trabalho e à criatividade. As ofensas a esses bens imateriais redundam em dano extrapatrimonial, suscetível de reparação. Observa-se que as ofensas a esses bens causam sempre no seu titular, aflições, desgostos e mágoas que interferem grandemente no comportamento do indivíduo. E, em decorrência dessas ofensas, o indivíduo, em razão das angústias sofridas, reduz a sua capacidade criativa e produtiva.



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

**Advogada OAB/GO 30.863**

Assim, todo mal infligido ao estado ideal das pessoas, jurídicas ou físicas, resultando mal-estar, desgostos, aflições, interrompendo-lhes o equilíbrio psíquico, constitui causa suficiente para a obrigação de reparar o dano moral.

E no caso presente, o dano moral está evidente, pois o ocorrido refletiu drasticamente na vida da Requerente.

Os artigos 944 e seguintes, estabelecem os parâmetros ou preceituam o modus operandi para se estabelecer o quantum indenizatório, como facilmente se pode inferir:

**Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano**

No que tange ao dano moral, em sua mensuração deve ser observado o caráter resarcitório, não podendo ser irrisório nem se apresentar como fonte de enriquecimento ilícito, de maneira que o estabelecimento do quantum deve ser entregue ao prudente arbítrio do juiz, que deve se orientar pelo bom senso e as peculiaridades do caso concreto, buscando atender a finalidade de tal indenização, que não se presta somente a compensar e dar satisfação ao lesado, mas serve também para desmotivar a reincidência do ofensor.

Assim, constata-se que a tendência hodierna para a fixação do valor da indenização por dano moral, é não se aplicar nenhum limite na sua quantificação (observando-se os princípios da razoabilidade e da moderação), levando-se em conta o nível sócio-econômico da Requerente, bem como a condição econômica do Requerido (EMPRESAS COM LUCROS BILIONARIOS), atentando-se ao grau de culpa do causador do evento e às peculiaridades de cada caso.

Neste sentido:

**CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO E MANUTENÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO DO QUANTUM.** 1. A manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, depois de quitado o débito, constitui constrangimento ilegal, apto a ensejar a indenização por dano moral. 2. A fixação do quantum da indenização é questão que atormenta o julgador, já que inexistem parâmetros



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

Advogada OAB/GO 30.863

objetivos para tanto, não devendo ser estabelecida em valor excessivo que leve ao enriquecimento sem causa, não podendo, entretanto, ser arbitrada em valor irrisório, incapaz de propiciar reparação do dano sofrido e de inibir o causador do dano a futuras práticas da mesma espécie. (...). (Apelação Cível nº 1999.35.00.004352-3/GO. Rel. Des. Daniel Paes Ribeiro. 6ª Turma TRF 1ª Região. DJ 09/06/2003).

**RECURSO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS.**  
**INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ORGÃO DE PROTEÇÃO AO CREDITO.** RESPONSABILIDADE CIVIL. QUANTUM INDENIZATORIO.1.A indevida inscrição em castro de inadimplentes gera direito a indenização por danos morais, independente da prova objetiva do abalo a honra e a reputação sofrida pelo auto. 2. A fixação do quantum indenizatório por dano moral e conferida ao julgador que, diante do caso concreto, estabelece dentro da razoabilidade e proporcionalidade, o valor de uma indenização justa.3. conforme entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça, a condenação no Dano Moral cumpre suas funções básicas, quais sejam, reparar o dano sofrido e punir pedagogicamente o causador desse dano. (...) (Recurso Cível nº 2008039594720000, Dr. Paulo César das Neves, Turma Julgadora Recursal Cível dos Juizados Especiais/ Goiânia. DJ, 415 de 09/09/2009).

Destarte, a indenização pecuniária em razão dos danos morais causados a Requerente é como um lenitivo que atenua, em parte, as consequências do prejuízo sofrido, superando o déficit por ela acarretado, ficando ao arbitrio de V. Exa. a sua fixação.

#### **IV - DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

O cabimento da Tutela Antecipada nos juizados está definido pelo enunciado 26:

**Enunciado 26 - São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis, em caráter excepcional.**



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

fls. 10

Com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, requer-se a antecipação de tutela, **para retirar o nome do Requerente dos Órgãos de Proteção ao Crédito.**

**Portanto a medida é imprescindível, uma vez que o Requerente nada deve e está discutindo a matéria em juízo.**

#### **1 - Prova inequívoca.**

Pelos fatos narrados, e pela prova documental anexada, tais como, inclusão do nome no SPC ; e comprovante de quitação; não há como negar que o Requerido vem agindo de forma ilícita, pois além de negativar o nome da Requerente sem prévia comunicação, ainda o mantém até esta data de forma negligente nos órgãos de proteção ao crédito.

#### **2 - Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.**

A situação é emergencial, uma vez que a Requerente teve o seu crédito retirado, está impedido de realizar compras a prazo em qualquer estabelecimento, e ainda corre o risco de prejudicar o próprio sustento de sua família, ou seja, de sofrer transtornos maiores incalculáveis. Assim caso não seja deferida a tutela, os prejuízos sofridos pela Requerente poderão ser mais agravantes.

Há que ressaltar, ainda, que não existe nenhum perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

O Superior Tribunal de Justiça, assim tem decidido:

[...]. I - A jurisprudência predominante do STJ veda a inclusão do nome dodevedor nos registros do SERASA, SPC, e outras entidades semelhantes, quandodiscutido judicialmente o débito. [...]. (STJ - REsp 546951/CE - Relator Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO - Data de Julgamento: 07/10/2003).

[...]. A jurisprudência desta Corte, em diversos julgados, tem admitido o



Tânia Cristina Xisto

Timóteo

Advogada OAB/GO 30.863

uso datutela antecipada tanto para retirar como para obstar, impedir, a inscrição do nome do suposto devedor nos serviços de proteção ao crédito. Restaindubitável o entendimento desta Corte de que a discussão judicial do valor dadívida, ainda que sem o depósito da quantia considerada devida, torna descabida a inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes dos serviços de proteção ao crédito, demonstrado o dissídio levantado. Recurso especial provido. (STJ - REsp 647804/PA - Relator Ministro FRANCIULLI NETTO - 2ª Turma - Data de Julgamento: 21/09/2004 - Data de Publicação/Fonte: DJ de 21/03/2005, p. 337).

O Tribunal de Justiça de Goiás e a Turma Recursal dos Juizados têm o mesmo posicionamento:

**EMENTA: "AGRADO DE INSTRUMENTO. ACAO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO. ANTECIPACAO DA TUTELA. INCLUSAO DO NOME NOS CADASTROS DOS ORGAOS PROTETORES DO CREDITO. - INADMISSIVEL SE FAZ A INCLUSAO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DOS ORGAOS NOMINADOS COMO DE PROTECAO AO CREDITO, QUANDO ESTA EM DISCUSSAO A DIVIDA COBRADA, FAZENDO-SE POIS CORRETA A DECISAO QUE ANTECIPA OS EFEITOS DA TUTELA INVOCADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO". AGRAVANTE : DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL. AGRAVADO : RENATO DE QUEIROZ ARAUJO**

**EMENTA.....: "AGRADO DE INSTRUMENTO. ACAO DE INDENIZACAO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. TUTELA ANTECIPADA - CONCESSAO. INCLUSAO DO NOME DA DEVEDORA NOS CADASTROS DE MAUS PAGADORES. DIVIDA SUB JUDICE. ESTANDO EM DISCUSSAO A ORIGEM DA DIVIDA COBRADA PELA RE-AGRAVANTE EM ACAO DE INDENIZACAO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, E CABIVEL A PROIBICAO DE INSCRIÇÃO DO NOME DA DEVEDORA NOS ORGAOS DE PROTECAO AO CREDITO (SERASA, SPC ETC), HAJA VISTA OS EFEITOS PREJUDICIAIS QUE SERIAM ACARRETADOS A MESMA,**

---

Rua Nazaré, Quadra 13, Lote 03 - Condomínio Portugal, Senador Canedo, Goiás.

E-mail: [Tania.timoteo@hotmail.com](mailto:Tania.timoteo@hotmail.com)

Telefone: (062) 99206-8491



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

Advogada OAB/GO 30.863

**TRADUZIDOS EM CONSTRANGIMENTO COMERCIAL E PESSOAL. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVADO."** AGRAVANTE: BRASIL TELECOM S/A. AGRAVADO: PATRICIA BORGES (grifo nosso)

Desta forma, requer-se a antecipação da tutela, a fim de deferir o direito da Requerente de ter o seu bom nome retirado dos órgãos de proteção ao crédito.

#### **V - DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência, se digne em receber a presente ação com os documentos que a instruem para, em seu processamento, PREVIAMENTE:

a) A concessão do benefício da justiça gratuita, já que o demandante não reúne condições de arcar com as custas, despesas e honorários advocatícios.

b) A concessão de medida liminar, para antecipar os efeitos da tutela, de forma *initio littis e inaudita altera pars*, para determinar a exclusão do nome da Requerente dos órgãos de proteção/restricção ao crédito (SPC, SERASA), ilidindo qualquer negativação correspondente ao débito impugnado nesta peça de ingresso e ainda, **cominando multa diária de R\$ 500,00 em caso de descumprimento.** e, no mérito, requer-se a confirmação da medida liminar porventura deferida;

c) A **CITAÇÃO VIA CORREIO** do Requerido (**art. 221, I, c/c 222 do CPC**), com a expedição de **CARTA DE CITAÇÃO** com aviso de recebimento - AR no endereço supra indicado, para querendo, vir contestar a presente, sob pena de revelia e confissão.

d) A concessão do ônus da prova a favor da Consumidora, ora Requerente, haja vista se tratar da parte mais vulnerável e hipossuficiente da relação de consumo, conforme reza o artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor.

e) julgar procedente a ação, inicialmente para declarar a inexigibilidade da dívida de R\$ 892,61 (oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos) apontada pela empresa requerida, tornando definitiva a



**Tânia Cristina Xisto**

**Timóteo**

Advogada OAB/GO 30.863

medida de tutela de urgência, **e condenar a empresa requerida a pagar ao autor indenização por danos morais de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, observando a sugestão acima da autora, ou no valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, acrescida de correção monetária e de juros de mora, a partir da data da sentença - data de arbitramento

**f)** A produção de todas as provas em direito permitidas.

**g) pugna-se para que a correção monetária do quantum indenizatório arbitrado seja corrigida desde a data da ocorrência do evento danoso, conforme prescrição das Súmulas 43 e 54 do C. STJ.**

**h) Ao final, requer a procedência de todos os pedidos ora elencados, condenando-se o Requerido ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais despesas processuais, isto em caso de encaminhamento dos autos ao colegiado recursal;**

Dá-se à causa o valor de **R\$ 35.892,61 (trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos)**.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Três Lagoas-MS, 22 de Outubro de 2024.

**TANIA CRISTINA XISTO TIMOTEO**

**OAB/GO 30.863**



## Crednet Light

3 outubro 2024 19:55:32

CPF/CNPJ	STATUS	BANCO	AGÊNCIA	CONTA	CHEQUE
065.583.923-21	4 anotações				

## Resumo da consulta

CPF	NOME	NOME DA MÃE	DATA NASCIMENTO
065.583.923-21	Pessoa Física		
Ocorrências	Quantidade	Valor	Último Registro
Pendências Internas	NAO CONSTAM OCORRENCIAS	-	-
Pendência Pefin	4	R\$1392,01	01/2021
Protesto Nacional	NAO CONSTAM OCORRENCIAS	-	-
Cheques Sem Fundo BACEN	NAO CONSTAM OCORRENCIAS	-	-

## Detalhes do documento

⚠️ Situação do CPF/CNPJ em 03/10/2024

### Participação Societária

ESTE CPF NÃO POSSUI PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM NENHUMA EMPRESA

### Documentos Roubados, Furtados ou Extraviados

NAO CONSTAM OCORRENCIAS

### Pendências Internas

NAO CONSTAM OCORRENCIAS

### Pendências Financeiras Pefin

	Data	Modalidade	Aval	Valor	Contrato	Origem	PÇA
	16/05/2024	R-CART CREDI	N	R\$186.62	08AC8C1F5838E7	NU FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	
	02/01/2024	P-DUPPLICATA	N	R\$167.32	20238111085608	ELEKTRO REDES S.A.	
	25/06/2022	R-OUTRAS OPE	N	R\$145.46	00000035614482	HAVAN S.A.	
	22/01/2021	R-CART CREDI	N	R\$892.61	12863951000132	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITO NAO PADRONIZADOS NPL II	

Total de ocorrências : 4 Período de 05/2024 a 01/2021 Valor total das ocorrências: \$1392.01



**Cheques Sem Fundo BACEN**

NAO CONSTAM OCORRENCIAS

**Consultas à Serasa realizadas ao mesmo documento**

NAO CONSTAM INFORMACOES

Simples consulta ao CPF (065.583.923-21) no cadastro da Serasa. Essa informação de consulta não significa negócio realizado, nem se confunde com anotação negativa no cadastro de inadimplentes.

**PROTOCOLO DA CONSULTA: 869059**

A decisão da aprovação ou não do crédito é de exclusiva responsabilidade do concedente. As informações prestadas pela Serasa Experian têm como objetivo subsidiar essas decisões e, em hipótese alguma, devem ser utilizadas como justificativa, pelo concedente do crédito, para a tomada da referida decisão.

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

ESTAS INFORMAÇÕES SÃO CONFIDENCIAIS E DEVERÃO SER UTILIZADAS, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, PARA ORIENTAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO USUÁRIO , RESPONSABILIZANDO-SE CIVIL E CRIMINALMENTE POR DANOS QUE OCASIONAR A TERCEIROS, QUANDO UTILIZADAS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. EM CASO DE DÚVIDAS ENTRE EM CONTATO PELO FALE CONOSCO.

**AVISO**

AINDA QUE EMPREGANDO OS MELHORES ESFORCOS, NOSSA EMPRESA SE EXIME DE QUALQUER RESPONSABILIDADE PELA EVENTUAL NAO INCLUSAO DE ALGUM REGISTRO EM RAZAO DE ATRASO OU FALTA DO ENCAMINHAMENTO DOS DADOS PELOS DIVERSOS PROVEDORES DE INFORMACOES CONVENIADOS. EM CASO DE DUVIDAS ENTRE EM CONTATO COM NOSSO SUPORTE.

**MINUTA DE DECLARAÇÃO LGPD**

DECLARO QUE A UTILIZAÇÃO DOS DADOS RESPEITARÁ AS FINALIDADES E PROCEDIMENTOS LEGALMENTE ADMITIDOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DIVULGADOS EM MINHA PÁGINA INICIAL DE ACESSO.

*Procuração “Ad Judicia e Et Extra”*

Através do presente instrumento particular de mandato, **JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO**, brasileiro(a), **SOLTEIRO(A)**, portador(a) da identidade RG sob o nº 0391315420109, inscrito(a) no CPF sob o nº 065.583.923-21, com residência e domicilio nesta comarca **TRÊS LAGOAS MATO GROSSO DO SUL**, nomeia e constitui como sua procuradora **TANIA CRISTINA XISTO TIMÓTEO**, brasileira, solteira, advogada devidamente inscrita nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás, sob o nº. 30.863, telefone nº (62) 99206-8491 - e-mail: tania.timoteo@hotmail.com, outorgando-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelece o artigo 38 do Código de Processo Civil concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra judicia*, especialmente para **propor ação declaratória de inexistência de débito**, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termos, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato e os **poderes específicos** para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, fazer e aceitar acordos, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, pagar, firmar termos, firmar declarações e/ou compromissos, pegar e receber alvarás junto aos bancos, fazer levantamento e/ou depósitos judiciais, requerer extratos junto ao SCPC, SPC, CDL e/ou SERASA, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com o art. 105 do Código de Processo Civil), enfim, praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses do outorgante, que ratifica todos os atos porventura já praticados em seu nome pelo outorgado, podendo assim agir em conjunto ou separadamente.

**TRÊS LAGOAS MATO GROSSO DO SUL , 16 DE SETEMBRO DE 2024**



---

**JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO**  
**Outorgante**



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO**, brasileiro(a), SOLTEIRO(A). portador(a) da identidade RG sob o nº **0391315420109**, inscrito(a) no CPF sob o nº **065.583.923-21**, com residência e domicilio nesta comarca, **DECLARO** para os devidos fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, que não possuo condições financeiras de demandar em Juízo sem o comprometimento de minha subsistência e de minha família, conforme dispõe a Lei n.º 1.060/50, pois o que ganho não é suficiente sequer para minhas necessidades mais básicas.

Por ser verdade, assino o presente.

**TRÊS LAGOAS MATO GROSSO DO SUL , 16 de setembro de 2024**



**JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO**

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 16 Setembro 2024, 15:24:57



Status: Assinado

Documento: FB - Dra Tania Xisto

Número: 1c8d3f59-668a-41d8-ab6f-e991453ff46d

Data da criação: 16 Setembro 2024, 15:20:12

Hash do documento original (SHA256): 986aa821dc55131eb9da57e0e467d7856ee9061ffcb2f8f46666a8e70e0c3a23

## Assinaturas

1 de 1 Assinatura

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO</b></p> <p>Data e hora da assinatura: 16 Setembro 2024, 15:24:56 Token: 6e235dc4-3797-4c31-b304-b6e6a99c9d8c</p>	<p>Assinatura</p>  <p>José Ribamar Alves Filho</p>
---	---

### Pontos de autenticação:

Telefone: + 5567991090646

E-mail: ribamarf278@gmail.com

Documento de Identidade - Foto frente e verso

Anexada ao relatório

Localização aproximada: -20.809693, -51.712582

IP: 181.217.89.124

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/128.0.0.0 Mobile Safari/537.36

## Anexos

<p>Foto do documento de identidade</p> <p><b>JOSÉ RIBAMAR ALVES FILHO</b></p> <p>Token: 6e235dc4-3797-4c31-b304-b6e6a99c9d8c</p>	<p>Data e hora da validação: 16 Setembro 2024, 15:24:56</p>  
--	---

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

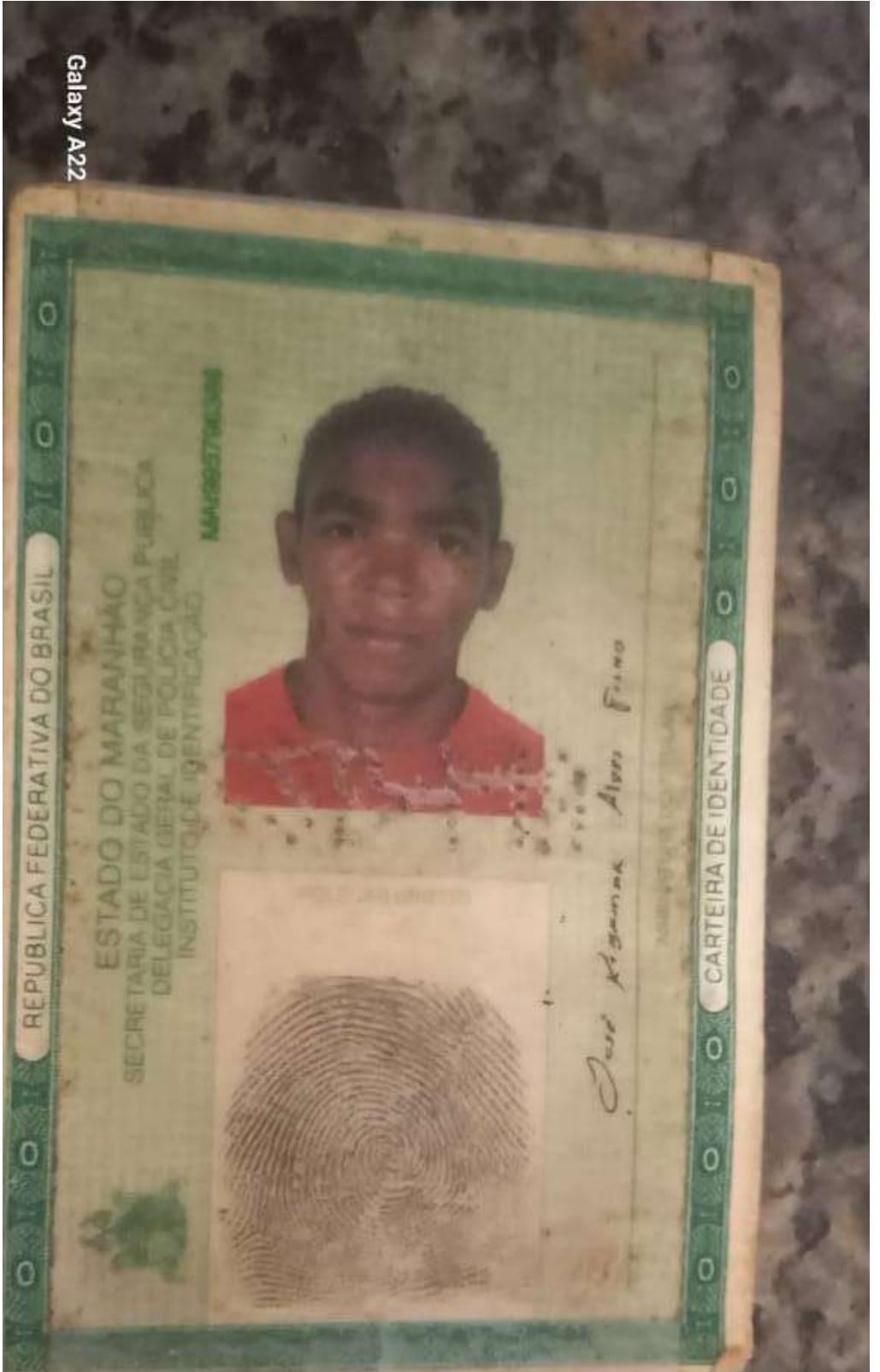
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1c8d3f59-668a-41d8-ab6f-e991453ff46d, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 1c8d3f59-668a-41d8-ab6f-e991453ff46d. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA CRISTINA XISTO TIMOTEO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 22/10/2024 às 13:31, sob o número 08090908620248120021. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0809090-86.2024.8.12.00021 e código fzb7KIRi.





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA CRISTINA XISTO TIMOTEU e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 22/10/2024 às 13:31 , sob o número 08090908620248120021. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0809090-86.2024.8.12.0021 e código 195HTDNj.



# Carteira de Trabalho Digital

## Dados Pessoais

Data de emissão: 28/06/2023

Nome Civil: JOSE RIBAMAR ALVES FILHO

CPF: 065.583.923-21

Data de Nascimento: 17/07/1989

Sexo: Masculino

Nacionalidade: Brasileiro

Nome da Mãe: MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA

## Contratos de Trabalho

- 06/05/2024 - Aberto

ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A

CNPJ RAIZ: 07.401.436

Endereço: AVENIDA MARGINAL DIREITA DO TIETE 500 BLOCO II SALA

Ocupação inicial: 913115 - MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS AGRICOLAS

Tipo de contrato: Prazo determinado, definido em dias

Tipo de admissão: Admissão

Salário contratual: R\$ 2.854,59

Remuneração inicial: R\$ 3.047,20

Última remuneração informada: R\$ 475,77 (08/2024)

Relação de trabalho: Empregado

Fonte da informação: ESOCIAL

### Anotações:

06/05/2024 - Admissão

### Observações:



**BRASIL**  
**(HTTPS://GOV.BR)**



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

## Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **065.583.923-21**

Nome: **JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**

Data de Nascimento: **17/07/1989**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **09/01/2012**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:41:08** do dia **22/10/2024** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C852.395B.9E36.8FC7**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"  
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

## Consultar restituição



Número CPF  
065.583.923-21



14/14

Data de Nascimento  
17/07/1989



### Atenção

Não há informação para o exercício informado.

FECHAR

Sou humano   
Privacidade - Termos e Condições

CONSULTAR



Pesquisar



09:42  
22/10/2024



## Atenção

Não há informação para o exercício informado.



**Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Dirf**

CPF: 065.583.923-21  
**JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**

Ano-  
Calendário ▾

Entrega  
Data e Hora ▾

Tipo de  
Declaração

Situação da  
Declaração

Serviço

**Não Consta Entrega de Declarações**

Somente serão disponibilizadas informações sobre declarações a partir do Ano-Calendário 1999. Caso tenha transmitido a Dirf hoje, cons� novamente mais tarde.

**ATENÇÃO contribuinte PESSOA FÍSICA!**

Esta consulta se refere à Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – Dirf. A Dirf é apresentada por pessoas (físicas ou jurídicas) que realizaram pagamentos a outras pessoas com retenção do Imposto sobre a Renda na fonte.

Caso esteja procurando informações sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, verifique na seção referente ‘Meu Imposto de Renda’.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOSE RIBAMAR ALVES FILHO

CPF: 065.583.923-21

Certidão nº: 72978163/2024

Expedição: 22/10/2024, às 09:46:09

Validade: 20/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **065.583.923-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome:** JOSE RIBAMAR ALVES FILHO  
**CPF:** 065.583.923-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:46:38 do dia 22/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/04/2025.

Código de controle da certidão: **57BE.04CC.2BF1.7916**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## INFORMAÇÃO DO SISTEMA

**Autos: 0809090-86.2024.8.12.0021**

**Ação: Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

**Autor: Jose Ribamar Alves Filho**

**Réu: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii**

Certifica-se, automaticamente, que nesta data foi realizada consulta pelo sistema de suspeita de repetição de ação com o resultado abaixo:

**Nenhum processo localizado**

Três Lagoas (MS), 22 de outubro de 2024.





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Três Lagoas  
2ª Vara Cível

CERTIDÃO

**Autos: 0809090-86.2024.8.12.0021**

**Ação: Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

**Autor: José Ribamar Alves Filho**

**Réu: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii**

Certifica-se, automaticamente, para os devidos fins, que, ao serem analisados os dados constantes do cadastro do processo, foi realizada a retificação/inclusão/exclusão de partes e/ou valor, para ajuste do cadastro de partes.

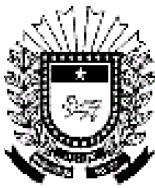
Dados alterados:

O nome da parte Autor foi alterado(a) de Jose Ribamar Alves Filho, para José Ribamar Alves Filho.

Três Lagoas (MS), 23 de outubro de 2024.

Cyro Escobar Ribeiro Neto  
Analista Judiciário  
(assinado por certificação digital)





## Estado de Mato Grosso do Sul

Poder Judiciário

Três Lagoas

2ª Vara Cível

Proc.0809090-86.2024.8.12.0021

Vistos etc...

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora.

Anote-se.

A petição inicial pugna pela concessão de *tutela de urgência provisória incidental*.

Sabe-se que na sistemática de Código de Processo Civil vigente (art. 294), a *tutela provisória* é gênero da *tutela de urgência*, e esta se subvide em: a) tutela de urgência de natureza cautelar e b) tutela de urgência de natureza antecipatória, mantendo-se a distinção de que, a tutela de índole cautelar não tem um fim em si mesma, mas destina-se a assegurar o resultado útil e a eficácia do provimento definitivo (instrumentalidade), enquanto na antecipatória há uma antecipação parcial ou total do próprio provimento requerido, não podendo esta ser concedida quando houver perigo de *irreversibilidade* dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º).

Ainda, a despeito dessa subdivisão (cautelar X antecipatória), o código vigente não fez distinção entre os requisitos necessários às suas concessões, estabelecendo para ambos os casos a presença de elementos que evidenciem a *probabilidade do direito* e o *perigo de dano* ou o *risco ao resultado útil do processo*. Veja-se:

**"Art. 300:** A tutela será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

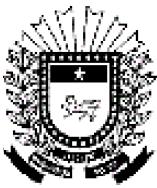
(...)

§ 3º - A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão".

Desta feita, é pressuposto essencial que existam elementos que evidenciem a *probabilidade do direito* e o *perigo de dano* ou o *risco ao resultado útil do processo*.

No caso específico dos autos, circunstancial neste





## Estado de Mato Grosso do Sul

Poder Judiciário

Três Lagoas

2ª Vara Cível

momento processual é que a autora não reconhece o débito e nega a sua existência.

Ademais, a manutenção do nome da requerente nos órgãos de restrição de crédito, aos quais tem acesso tanto os comerciantes em geral como as instituições financeiras, é causa de grave constrangimento, ficando a parte autora como suposta devedora e impedida obter créditos na praça, quando sua suposta inadimplência pode, inclusive, vir a ser descharacterizada por decisão judicial.

Outrossim, destaque-se que a concessão da tutela não implica em risco de irreversibilidade, pois se, ao final, houver julgamento contrário, é possível que a parte Requerida realize nova inclusão do nome nos órgãos restritivos ao crédito.

Pelo exposto, diante da presença dos requisitos legais, defiro o pedido de tutela provisória de urgência requerida na inicial, a fim de determinar a suspensão do nome da autora do SERASA/SCPC, pela dívida representada nesses autos, até ulterior deliberação deste juízo. Expeçam-se os respectivos ofícios.

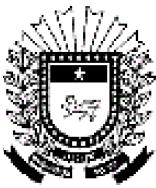
Tendo em vista que na sistemática do Novo Código de Processo Civil a audiência inicial é regra, designe-se data para a audiência preliminar de conciliação, na forma do art. 334 do NCPC. Ao CEJUSC. As providências.

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, §3º do CPC.

Cite-se e intime-se, a parte requerida, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, na forma do art. 247, 248 e 250 do NCPC, com as advertências do art. 344 do NCPC, para que, querendo, apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da realização da audiência.

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. §8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir, conforme preconiza o art. 334, §10 do CPC.

Em não havendo autocomposição, o prazo para

**Estado de Mato Grosso do Sul****Poder Judiciário****Três Lagoas****2ª Vara Cível**

contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

Contestada a ação, ou certificado nos autos o não oferecimento de contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação.

Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cancele-se a audiência de conciliação (art. 334, §4º, I, do CPC).

As providências e intimações necessárias.

Três Lagoas, 23 de outubro de 2024.

Emirene Moreira de Souza Alves

Juíza de Direito

(assinado por certificação digital)

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0437/2024, encaminhada para publicação.

Advogado  
Tânia Cristina Xisto Timoteo (OAB 30863/GO)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Pelo exposto, diante da presença dos requisitos legais, defiro o pedido de tutela provisória de urgência requerida na inicial, a fim de determinar a suspensão do nome da autora do SERASA/SCPC, pela dívida representada nesses autos, até ulterior deliberação deste juízo. Expeçam-se os respectivos ofícios. Tendo em vista que na sistemática do Novo Código de Processo Civil a audiência inicial é regra, designe-se data para a audiência preliminar de conciliação, na forma do art. 334 do NCPC. Ao CEJUSC. Às providências. Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, §3º do CPC. Cite-se e intime-se, a parte requerida, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, na forma do art. 247, 248 e 250 do NCPC, com as advertências do art. 344 do NCPC, para que, querendo, apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da realização da audiência. Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. §8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir, conforme preconiza o art. 334, §10 do CPC. Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I). Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Contestada a ação, ou certificado nos autos o não oferecimento de contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação. Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cancele-se a audiência de conciliação (art. 334, §4º, I, do CPC)."

Três Lagoas, 14 de novembro de 2024.



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0437/2024, foi publicada no Diário da Justiça nº 5529, do dia 19/11/2024, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
20/11/2024 - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra - Prorrogação

Advogado  
Tânia Cristina Xisto Timoteo (OAB 30863/GO)

Teor do ato: "Pelo exposto, diante da presença dos requisitos legais, defiro o pedido de tutela provisória de urgência requerida na inicial, a fim de determinar a suspensão do nome da autora do SERASA/SCPC, pela dívida representada nesses autos, até ulterior deliberação deste juízo. Expeçam-se os respectivos ofícios. Tendo em vista que na sistemática do Novo Código de Processo Civil a audiência inicial é regra, designe-se data para a audiência preliminar de conciliação, na forma do art. 334 do NCPC. Ao CEJUSC. Às providências. Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, §3º do CPC. Cite-se e intime-se, a parte requerida, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, na forma do art. 247, 248 e 250 do NCPC, com as advertências do art. 344 do NCPC, para que, querendo, apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da realização da audiência. Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. §8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir, conforme preconiza o art. 334, §10 do CPC. Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I). Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Contestada a ação, ou certificado nos autos o não oferecimento de contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação. Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cancele-se a audiência de conciliação (art. 334, §4º, I, do CPC)."

Três Lagoas, 18 de novembro de 2024.





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Comarca de Três Lagoas  
2ª Vara Cível

CERTIDÃO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Autos n. 0809090-86.2024.8.12.0021

Ação: Procedimento Comum Cível

Autor: José Ribamar Alves Filho

Réu: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii

Certifico que foi designada audiência nesta vara com os dados abaixo informados:

Sessão de Conciliação - Art. 334 CPC/2015

Data: 24/03/2025 Hora 14:20

Local: Sala CEJUSC

Situacão: Pendente

Três Lagoas - MS, 27 de novembro de 2024.

Modelo 726900

Endereço: Rua: Zuleide Perez Tabox, 1109, Edifício do Fórum Des. Gerval Bernadino de Souza - CEP 79601-100, Fone: (67) 3929-1700, Três Lagoas-MS - E-mail: trl-2vciv@tjms.jus.br





## CERTIDÃO

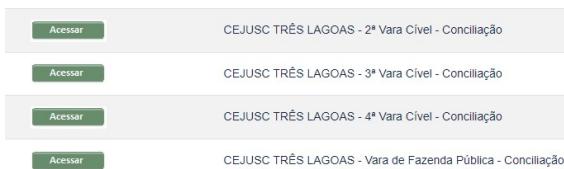
Processo nº: 0809090-86.2024.8.12.0021

Ação: Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Autor: José Ribamar Alves Filho

Réu: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii

Caso as partes possuam interesse em realizar a sessão na modalidade virtual, conforme **Portaria nº 2.805/2023**, informo que o acesso será através da **página do TJMS** <https://www.tjms.jus.br/salasvirtuais/primeirograu/>, na qual estão disponibilizados os links das salas virtuais de audiência, e, em seguida, clicar no botão "acessar" da **Sala de Espera CEJUSC Três Lagoas da vara respectiva em que está em trâmite os autos do presente processo.**



Sem prejuízo, para realização por videoconferência, a parte deverá, via aparelho celular ou computador com câmera e microfone, conectado à internet, com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência ao horário designado (Fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul), conforme o seguinte procedimento:

1. Acessar o site <https://www.tjms.jus.br/salasvirtuais/primeirograu> (ou pesquisar Salas virtuais do TJMS no seu navegador);
2. Após acessar a página do site do TJMS com todas as salas virtuais disponíveis, clicar no botão "acessar" da **Sala de Espera CEJUSC Três Lagoas da vara correspondente ao presente processo**;
3. Em caso de acesso pelo computador, escolher entre a opção "Continuar neste navegador" ou "Ingressar no aplicativo Teams" (se já tiver o aplicativo instalado). Após abrir a tela com os ajustes de áudio e câmera, clicar no botão "Ingressar agora". No caso de acesso pelo celular, recomenda-se o download prévio do aplicativo gratuito Microsoft Teams;
4. Na devida sala de espera do CEJUSC TRÊS LAGOAS, deve-se atentar ao pregão no horário marcado, que será realizado pelo Auxiliar de Justiça de forma escrita no "chat" e por voz;
5. Feito o pregão na sala de espera, o Auxiliar de Justiça disponibilizará o link da sua sala privada no "chat" do aplicativo. Para tanto, a parte deverá ingressar nessa sala individual para realização da sua sessão, em respeito ao princípio da confidencialidade.

Três Lagoas/MS, 27 de novembro de 2024.

Loriane Graça Gomes Almeida de Lima Queiroz





Técnico Administrativo  
(assinado por certificação digital)



**EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 2<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MS**

<b>PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO</b>	
PRAZO:	JP
RESPONSÁVEL:	PMA
FICHA:	N 812745.0



001343504

PROCESSO N°: 0809090-86.2024.8.12.0021

PARTE AUTORA: JOSE RIBAMAR ALVES FILHO

PARTE RÉ: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II**, devidamente inscrito no no CNPJ/MF sob n.º 29.292.312/0001-06, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1195, 4º andar – Vila Olímpia, São Paulo/SP, empresa já qualificada no processo em epígrafe, feito movido por **JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**, neste ato representada por seus procuradores subscritos, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup> requerer a juntada dos instrumentos constitutivos anexos.

Por oportuno, requer que todas as audiências sejam realizadas na modalidade virtual, sendo o link direcionado para o endereço [audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br).

Por fim, requer que sejam realizadas as anotações em nome dos novos procuradores e que as publicações sejam expedidas exclusivamente em nome do patrono **DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

TRÊS LAGOAS - MS, 22 de abril de 2024.

**DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA  
OAB/MS 6835**

---

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

Filiais: Araguaína – TO; Brasília – DF; Cacoal – RO; Cuiabá – MT; Goiânia – GO; Rio de Janeiro – RJ e Salvador – BA  
[audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br); [contato@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:contato@mascarenhasbarbosa.com.br)



**REGULAMENTO**

**DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS NPL II**

**CNPJ/ME: 29.292.312/0001-06**

**(“Fundo”)**

**Em vigor a partir do dia 03 de julho de 2023.**



**O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRORIZADOS NPL II**, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e pela Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alteradas, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento, iniciados em letras maiúsculas, terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Regulamento, aplicável tanto no singular quanto no plural.

## **1. OBJETO E PÚBLICO ALVO**

**1.1. O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRORIZADOS NPL II**”, doravante designado simplesmente “Fundo”, tem por objeto a aquisição de direitos e títulos representativos de créditos performados ou não, vencidos, pendentes de pagamento, originados de operações financeiras, de empréstimos em geral, de hipotecas, de arrendamento mercantil, comerciais, imobiliárias, industriais ou de prestação de serviços, de títulos de precatório devidos pelas Fazendas Públicas, incluindo requisições de pequeno valor (RPV), que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstas respectivamente nas Cláusulas 5 e 6 abaixo.

## **2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO**

**2.1.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo ou em virtude de sua liquidação antecipada, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento.

## **3. PRAZO DE DURAÇÃO**

**3.1.** O Fundo tem prazo de duração indeterminado. Cada Série do Fundo terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

**3.2.** O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto nas Cláusulas 20 e 21 abaixo.

## **4. POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

**4.1.** O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, com o objetivo de proporcionar aos Cotistas valorização de suas Cotas, observado o disposto abaixo.

4.2. O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias da Data de Subscrição Inicial, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido, representado por Cotas efetivamente subscritas e integralizadas, em Direitos Creditórios.

4.2.1. Caso o Fundo, por qualquer razão, não consiga adquirir Direitos Creditórios suficientes para atingir a alocação mínima de investimentos em Direitos Creditórios referida no item acima, a Instituição Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata o item acima por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral de Cotistas.

4.2.2 Durante o prazo referido nos itens 4.2 e 4.2.1 acima, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser alocados em Ativos Financeiros.

4.2.3 As características dos Direitos Creditórios estarão devidamente descritas em cada Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e cada Cedente.

4.2.3.1. Salvo quando a custódia dos documentos estiver sob controle do Fundo, através de seus prestadores de serviços, todos os Contratos de Cessão devem possuir cláusulas que prevejam a recompra ou indenização pelas Cedentes, no mínimo pelo valor de aquisição pago pelo Fundo, devidamente corrigidos, quando for o caso, na hipótese de as Cedentes não conseguirem apresentar os documentos que comprovem a existência do crédito e/ou erros na documentação que inviabilizem a cobrança do Direito Creditório.

4.2.4 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade especificados na Cláusula 6 abaixo.

4.3 O Fundo pode aplicar o remanescente do Patrimônio Líquido exclusivamente nos Ativos Financeiros, conforme listados abaixo:

- i) moeda corrente nacional;
- ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional, inclusive realizar operações compromissadas lastreadas em tais títulos;
- iii) cotas de fundos de investimento em renda fixa ou referenciados DI, administrados por Instituições Autorizadas; e
- iv) CDB de bancos de primeira linha, emitidos pelas Instituições Autorizadas.

4.4 Os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

4.5 O Fundo poderá realizar operações financeiras, incluindo a compra e venda dos Ativos Financeiros e operações compromissadas admitidas nesta Política de Investimento, em que a Instituição Administradora e/ou a Gestora, ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum das referidas sociedades figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo. Tais operações deverão ser registradas de maneira segregada nos lançamentos contábeis do Fundo, de forma a permitir uma imediata identificação.

4.6 O Fundo não poderá realizar:

- i) aplicação de recursos em Ativos Financeiros nas modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- ii) operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- iii) operações com derivativos.

4.7 A Gestora, na execução da presente Política de Investimento, deverá, preferencialmente, adquirir, observadas as condições deste Regulamento, bem como as atividades da Consultora Especializada, Ativos Financeiros cujos vencimentos possibilitem que Carteira de investimentos do Fundo seja classificada como de “longo prazo”, para fins de tributação do Cotista, que poderão, inclusive, ter prazo superior ao prazo de duração do Fundo ou de alguma série de cotas emitidas.

4.8 Ordem de aplicação dos recursos:

4.8.1 Recursos decorrentes da Subscrição das Cotas: a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora, ao executar a presente Política de Investimento, obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos do Fundo decorrentes da subscrição das Cotas na seguinte ordem:

- i) no pagamento das despesas e encargos do Fundo, inclusive da remuneração dos prestadores de serviço do Fundo, nos termos deste Regulamento;
- ii) constituição da Reserva de Caixa, no montante equivalente ao Saldo Mínimo da Reserva de Caixa, conforme instruções fornecidas pela Gestora e recebidas do Agente de Cobrança, nos termos deste Regulamento;
- iii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, inclusive de eventuais prêmios, antecipações, sinais ou arras com o objetivo de celebrar ou garantir a celebração de contratos de aquisição de Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e
- iv) na aquisição de Ativos Financeiros caso não haja disponibilidade de Direitos Creditórios para aquisição pelo Fundo, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente em Ativos Financeiros que não tiver sido aplicado nos subitens (i), (ii) e (iii) acima poderá ser aplicado de acordo com o item 4.8.2 abaixo, a critério da Gestora.

**4.8.2 Recursos decorrentes do recebimento de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros:** em caso de recursos decorrentes (i) do pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, incluindo multas e encargos moratórios e quaisquer valores recebidos em decorrência do processo de recuperação ou execução dos Direitos Creditórios, inclusive da venda ou exploração de bens recebidos em pagamento pelo Fundo, bem como (ii) de rendimentos e do resgate de Ativos Financeiros, exceto daqueles adquiridos com recursos decorrentes da subscrição das Cotas, na forma do item 4.8.1 acima:

- i) no pagamento das despesas e encargos do Fundo, inclusive da remuneração dos prestadores de serviço do Fundo, nos termos deste Regulamento;
- ii) na constituição da Reserva de Caixa, conforme instruções fornecidas pela Gestora e recebidas do Agente de Cobrança, nos termos deste Regulamento; e
- iii) na amortização das Cotas em circulação, observados os termos e as condições deste Regulamento e exceto caso os Cotistas reunidos em Assembleia Geral decidam de forma diversa, podendo, inclusive, optar pela utilização dos recursos para aquisição de novos Direitos Creditórios.

**4.9.** As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que

coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de títulos de emissão de instituições financeiras privadas que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela Gestora. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente no Anexo II deste Regulamento, que é parte integrante deste documento e deve ser lido cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

## 5. AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1. A presente Cláusula descreve os procedimentos a serem seguidos pela Gestora na prospecção e formalização de aquisições de Direitos Creditórios pelo Fundo.

5.2. O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios diretamente ou indiretamente, por meio de contratos de cessão, opções, memorandos de entendimentos, leilões ou acordos em geral visando à aquisição de Direitos Creditórios, podendo, inclusive, assinar contratos com potenciais vendedores de Direitos Creditórios por meio dos quais o Fundo se compromete a adquirir Direitos Creditórios a serem originados por tais vendedores, assegurando ao Fundo, ainda, flexibilidade para negociar os termos e condições da referida aquisição, incluindo a forma de pagamento do preço de cessão. Ainda, com o propósito de assegurar potenciais aquisições de Direitos Creditórios ou participar de processos visando à aquisição de Direitos Creditórios, o Fundo, critério da Gestora e da Consultora Especializada, em conjunto, poderá pagar sinais, arras ou prêmios aos potenciais vendedores, desde que devidamente comprovados.

5.2.1. Não obstante o disposto acima e sem prejuízo dos Fatores de Risco descritos no Anexo II deste Regulamento, nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída à Instituição Administradora, à Gestora, à Consultora Especializada ou ao Custodiante caso a atividade de prospecção, a realização de propostas, o pagamento de prêmios, a assunção de despesas, incluindo aquelas relativas à realização de auditoria das Carteiras de Direitos Creditórios, a aquisição onerosa ou gratuita da opção de aquisição de Direitos Creditórios, a celebração de promessa de aquisição ou de quaisquer acordos ou ajustes de qualquer natureza tendo por objeto uma potencial Operação, não resulte na efetiva aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, caso a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada ou o Custodiante entendam que tal aquisição não atenda aos interesses do Fundo e seus Cotistas ou, ainda, caso uma eventual proposta de aquisição de Direitos Creditórios não seja aceita pelo Cedente.

5.3. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, ressalvadas eventuais condições resolutivas da cessão ou outras que venham a ser previstas nos respectivos instrumentos de aquisição de Direitos Creditórios.

5.4. O procedimento de originação de Operações e aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo observará as seguintes fases: (i) Fase I: Prospecção: consiste na prospecção e originação de Operações; (ii) Fase II: Preparação: consiste na análise e planejamento, que contempla as etapas preparatórias para realização de uma oferta firme ou não de aquisição de Direitos Creditórios; (iii) Fase III: Oferta de Aquisição, que consiste na elaboração e execução de Plano de Aquisição para realização de ofertas de aquisição; e (iv) Fase IV: Fechamento: formalização da aquisição de Direitos Creditórios ou do direito de, por qualquer meio, adquirir Direitos Creditórios.

5.5. Todas as condições relativas à aquisição dos Direitos Creditórios, inclusive o preço de cessão ou sua fórmula de cálculo, deverão estar previstas no respectivo Contrato de Cessão ou Contrato de Promessa de Cessão a ser celebrado com o respectivo Cedente.

5.6. Os procedimentos acima descritos, adotados com o propósito de viabilizar a aquisição de Direitos Creditórios, estão sujeitos à efetiva disponibilidade de recursos do Fundo, obtidos mediante a integralização de Cotas. A Gestora e a Consultora Especializada não poderão ser responsabilizadas caso tais recursos não estejam à disposição do Fundo e desde que requeridos nos termos e limites deste Regulamento.

5.7. Não obstante o disposto acima, um ou mais Direitos Creditórios poderão ser adquiridos independentemente da observância de todas as fases indicadas nesta Cláusula, caso assim definido pela Gestora e pela Consultora Especializada conjuntamente e a seu critério. Ademais, a Gestora e a Consultora Especializada, em conjunto, poderão definir procedimentos especiais, adicionais ou distintos aos acima descritos para a aquisição dos Direitos Creditórios, em função das particularidades de cada Operação.

5.8. Adicionalmente, o Fundo poderá realizar aquisições parciais de Direitos Creditórios ou carteiras de Direitos Creditórios, bem como adquiri-los em conjunto com terceiros.

## **6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO**

6.1. O único Critério de Elegibilidade a ser observado para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo é que os Direitos Creditórios devem ser de titularidade de pessoas jurídicas, sociedades em geral ou universalidades de direito, incluindo fundos de investimento no momento da respectiva cessão, com exceção aos títulos de precatório e requisição de pequeno valor (RPV), que poderão ter como titularidade pessoas naturais.

6.2. A Consultora Especializada, previamente à cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, deverá verificar as seguintes Condições de Cessão. O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios que observem tais Condições de Cessão, exclusiva e cumulativamente:

- i) no momento de sua cessão para o Fundo e com base em seu respectivo preço de cessão definido pela Gestora e pela Consultora Especializada na Fase IV, o total de Direitos Creditórios, performados ou não, vincendos ou não, devidos por um mesmo devedor não poderá corresponder a mais que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido;
- ii) poderão ser adquiridas carteiras de Direitos Creditórios de créditos vincendos, desde que os Direitos Creditórios vencidos e não pagos representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do volume de direitos creditórios que compõem a carteira do Fundo no dia da aquisição.

6.3. Os Critérios de Elegibilidade devem ser validados pelo Custodiante e as Condições de Cessão exclusivamente pela Consultora Especializada, previamente à aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo.

6.4. Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer das Condições de Cessão ou dos Critérios de Elegibilidade acima descritas após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada, o Cedente ou o Custodiante.

6.6. A Instituição Administradora possui regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitem diligenciar o cumprimento, pela Gestora, pela Consultora Especializada e pelo Agente de Cobrança, de suas respectivas obrigações indicadas neste Regulamento.

6.6.1. A Administradora possuirá Manual de Regras e Procedimentos de verificação do cumprimento da obrigação de Validar as Condições de Cessão e verificação das obrigações de Cobrança dos Direitos Creditórios.

## **7. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS**

7.1. Em razão da possibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios de diversos Cedentes e de diversos segmentos e, consequentemente, da decorrente possibilidade de uma multiplicidade de devedores, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo podem ser objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos. Assim sendo, este Regulamento não traz a descrição das políticas de concessão de crédito, uma vez que as mesmas são decorrentes das práticas mercantis de cada Cedente.

7.2. Em função do disposto no item anterior, para a cobrança dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá adotar diferentes estratégias e procedimentos de cobrança em virtude do perfil de cada

operação. Esta cobrança será realizada por Agente de Cobrança contratado pelo Fundo e/ou pelos Prestadores de Serviços de Cobrança apontados por aquele, conforme definido no Acordo Geral de Cobrança e em cada Termo Aditivo ao Acordo Geral de Cobrança a ser elaborado nos termos do Acordo Geral de Cobrança.

7.3. Tendo em vista a natureza dos Direitos Creditórios, embora não seja a estratégia de cobrança do Fundo, eventualmente poderão integrar a carteira do Fundo ativos que não sejam Direitos Creditórios, em decorrência de eventual processo de execução da dívida ou de garantias previamente constituídas pelos Devedores. Por exemplo, em um processo de execução judicial, poderão ser oferecidos bens para a satisfação do crédito do Fundo, que integrarão sua carteira e deverão ser liquidados financeiramente. Até que referidos bens sejam alienados e aplicados na amortização das Cotas, poderão ser explorados economicamente pelo Fundo com o propósito de sua preservação e geração de proventos econômicos no interesse dos Cotistas, observadas as demais disposições deste Regulamento. A Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada, o Custodiante e o Agente de Cobrança não se responsabilizam pela impossibilidade de alienação de tais bens, bem como pelos valores que eventualmente sejam obtidos com sua alienação ou, ainda, com sua exploração econômica.

## **8. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, GESTORA, CONSULTORA ESPECIALIZADA E AGENTE DE COBRANÇA.**

8.1. O Fundo é administrado pela **FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), por meio do ato declaratório nº 14.623 de 06 de novembro de 2015, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.673.855/0001-25, doravante designada como (“ADMINISTRADORA”).

8.2. As atividades de gestão da carteira do Fundo serão exercidas pela **FRAM CAPITAL – GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.157.028/0001-49, autorizada a atuar como gestor de recursos pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 8.928, de 24 de agosto de 2006, doravante designada como (“GESTORA”).

8.3. A atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas Operações serão exercidas por **RECOVERY DO BRASIL**.

**CONSULTORIA S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.294, 18º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01301-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.032.035/0001-26, que será responsável, também, pelas atividades de Agente de Cobrança.

**9. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA GESTORA, CONSULTORA ESPECIALIZADA E AGENTE DE COBRANÇA**

9.1. A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos titulares das Cotas, observados seus direitos, garantias e prerrogativas.

9.2. Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- ii) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas pelos prestadores de serviço contratados para zelar pelos interesses e pela boa ordem operacional do Fundo, nos termos do Acordo Geral de Cobrança e demais Documentos do Fundo;
- iii) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade sede da Instituição Administradora;
- iv) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Cotistas;
  - c) o livro de atas de assembleias gerais;
  - d) o livro de presença de Cotistas;

- e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
- f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- g) os relatórios do Auditor Independente;
- h) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembleia Geral de Cotistas, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas na forma da Cláusula 23 abaixo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência; e
- i) o Prospecto do Fundo, se houver.
- v) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- vi) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar deste Regulamento e do prospecto de que trata o artigo 23 da Instrução CVM nº 356/01, se houver;
- vii) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- viii) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão na mesma data de subscrição de Cotas do Fundo;
- ix) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma prevista pelos mesmos, em especial as informações discriminadas na Cláusula 23 abaixo;
- x) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xi) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- xii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre

- a Instituição Administradora e o Fundo;
- xiii) se houver, providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
  - xiv) se houver, possuir regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitam verificar o cumprimento, pela Gestora e pela Consultora Especializada, da obrigação de validar os direitos creditórios em relação às condições de cessão estabelecidas neste Regulamento;
  - xv) fornecer informações relativas aos direitos creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica;
  - xvi) convocar a Assembleia Geral de Cotistas conforme as Cláusulas 20 e 21 deste Regulamento; e
  - xvii) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar Assembleia Geral de Cotistas para decidir pela contratação de novo Custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo.

9.3. É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

9.3.1. As vedações de que tratam os subitens 9.3 (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas Carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

9.3.2. Exetuam-se do disposto no item 9.3.1 acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional integrantes da carteira do Fundo.

9.4. É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer classes de Cotas não expressamente autorizadas neste Regulamento;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a contratação da Gestora, nos termos deste Regulamento;
- xi) obter ou conceder empréstimos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo e, na hipótese de locação, bens que se tornem propriedade do Fundo em decorrência da excussão de garantias oferecidas em relação aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

9.5. A Instituição Administradora não poderá contratar outros prestadores de serviços não previstos neste Regulamento ou nos demais Documentos do Fundo sem a prévia e expressa aprovação da dos Cotistas.

9.6. À Gestora caberá, entre outras definidas em outras seções deste Regulamento e no respectivo contrato celebrado com a Instituição Administradora, as seguintes atribuições:

- i) prospectar Operações e promover o Fundo perante potenciais Cedentes e prestadores de serviço como um instrumento de aquisição de Direitos Creditórios, fornecendo, inclusive, informações relativas ao desempenho do Fundo que sejam de domínio público;
- ii) avaliar conjuntamente com a Consultora Especializada potenciais Operações e, quando assim entendido pela Consultora Especializada, executar, em conjunto com a Consultora Especializada, os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios previstos na Cláusula 5 acima;
- iii) requerer à Consultora Especializada esclarecimentos acerca de procedimentos previstos na Cláusula 5 acima, desde que tais esclarecimentos não sejam conflitantes e nem mesmo requeiram divulgação de informações acerca da expertise e técnica da Consultora Especializada na precificação de Carteiras que não sejam estritamente necessárias à consecução de suas obrigações nos termos da legislação em vigor e mediante solicitação de órgão regulador. Se o caso, poderá a Consultora Especializada prestar diretamente a informação diretamente ao órgão regulador solicitante;
- iv) acompanhar as negociações relativas à aquisição dos Direitos Creditórios conduzidas pela Consultora Especializada, podendo requerer esclarecimentos, observadas as limitações do inciso (iii) acima, e atuar de forma colaborativa com a Consultora Especializada, aprovando as versões finais dos documentos relativos à aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo elaborados pela Consultora Especializada;
- v) analisar a viabilidade de potenciais Operações, incluindo sua modelagem e análise financeira;
- vi) aprovar a precificação dos Direitos Creditórios para fins de aquisição de tais Direitos Creditórios elaborados pela Consultora Especializada;
- vii) quando necessário, dar suporte à Consultora Especializada em eventuais contingências legais e comerciais relativas aos Direitos Creditórios objeto de uma potencial Operação;
- viii) definir em conjunto com a Consultora Especializada condições adicionais para a aquisição de

Direitos Creditórios;

- ix) acompanhar e monitorar, de forma colaborativa com a Consultora Especializada, a estratégia e *performance* de cobranças e recuperação dos Direitos Creditórios, ressalvado o direito da Consultora especializada em manter em absoluta confidencialidade sua expertise e técnica na estratégia e performance de cobrança e recuperação dos Direitos Creditórios;
- x) quando necessário e especialmente por requisição regulamentar, dar suporte à Consultora Especializada ou ao Fundo, para formalizar a aquisição e pagamento dos Direitos Creditórios; e
- xi) analisar em conjunto com a Consultora Especializada toda a documentação comprobatória para o pagamento de despesas e reembolso a serem feitos pelo Fundo, no que se refere aos serviços prestados pelos Prestadores de Serviços de Cobrança.

9.7. À Consultora Especializada e ao Agente de Cobrança caberão as atribuições previstas respectivamente nas Cláusulas 13 e 14 abaixo.

9.7.1. À Gestora caberá a supervisão e acompanhamento do atingimento de metas e resultados, objetivando sempre a maximização de resultados para os Cotistas, ressalvado o direito da Consultora Especializada em manter absoluta confidencialidade sobre suas técnicas e expertise na recuperação de Direitos Creditórios.

9.7.2. Qualquer alteração em estratégia de recuperação e resultados, deverá ser aprovada pelos Cotistas.

9.8. Aplicam-se à Gestora, à Consultora Especializada e ao Agente de Cobrança as mesmas vedações aplicáveis à Instituição Administradora.

## **10. REMUNERAÇÃO**

### **10.1. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

10.1.1. Pela administração do Fundo, a Instituição Administradora receberá uma Taxa de Administração composta por uma remuneração equivalente ao percentual anual de 0,017% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, respeitando o valor mínimo mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a data da 1ª (primeira) integralização de cotas do Fundo.

10.1.2. O mínimo mensal definido no item 10.1.1 acima será atualizado pela Instituição

Administradora a cada período de 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, a contar da data da 1<sup>a</sup> (primeira) integralização de cotas do Fundo. Em casos de reestruturação, fusão, cisão e incorporação do Fundo, a Administradora poderá realizar a cobrança de taxa de administração extraordinária, calculada por hora homem trabalhada.

**10.1.4.** À Taxa de Administração mensal prevista no item 10.1.1 acima, será acrescida a remuneração do Agente de Cobrança, conforme o item 10.4 abaixo, sujeita ainda às condições gerais previstas no item 10.5 abaixo.

#### **10.2. REMUNERAÇÃO DA GESTORA**

**10.2.1.** Pela gestão do Fundo, a Gestora receberá uma Taxa de Gestão composta por uma remuneração equivalente ao percentual anual de 0,017% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, respeitando o valor mínimo mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a data da 1<sup>a</sup> (primeira) integralização de cotas do Fundo.

**10.2.2.** O mínimo mensal definido no item 10.2.1 acima será atualizado pela Instituição Gestora a cada período de 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, a contar da data da 1<sup>a</sup> (primeira) integralização de cotas do Fundo. Em casos de reestruturação, fusão, cisão e incorporação do Fundo, a Administradora poderá realizar a cobrança de taxa de administração extraordinária, calculada por hora homem trabalhada.

#### **10.3. REMUNERAÇÃO DA CONSULTORA ESPECIALIZADA**

**10.3.1.** A Consultora Especializada não fará jus a qualquer remuneração pela prestação dos serviços aqui previstos.

#### **10.4. REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA**

**10.4.1.** A remuneração do Agente de Cobrança será definida em cada Operação conforme assinatura do Acordo Geral de Cobrança e seus respectivos aditivos, celebrados entre o Agente de Cobrança e o Fundo, conforme o item 14.1 abaixo.

#### **10.5. REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE**

**10.5.1.** A remuneração do Custodiante será aquela definida no item 12.5 abaixo.

#### **10.6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE REMUNERAÇÃO**

10.6.1. As parcelas da Taxa de Administração e Taxa de Gestão deverão ser pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, observado que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração e Taxa de Gestão, que será entendido como a soma entre todas as remunerações previstas neste item 10, conforme discriminado em cada subitem.

10.6.2. Não poderão ser cobradas dos Cotistas taxas de performance, de ingresso e/ou saída do Fundo.

## **11. SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

11.1. A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e deste Regulamento.

11.1.1. Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

11.2. Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas também poderão:  
 (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a esta documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da Instituição Administradora, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

11.3. Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas pela substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, ou (ii) até que seja contratada outra Instituição Administradora.

11.4. A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da

Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la, no prazo referido no item 11.3 acima.

11.5. A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas pela Agência Classificadora de Risco, quando houver.

11.6. Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

11.7. Substituição da Gestora, do Custodiante e da Consultora Especializada. Aplicam-se à renúncia e substituição da Gestora, do Custodiante e da Consultora Especializada, no que couber, as mesmas regras acima aplicáveis à substituição da Instituição Administradora, inclusive o quórum especial de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas previsto neste Regulamento.

## **12. SERVIÇO DE CUSTÓDIA E TAXA DE CUSTÓDIA**

12.1. O exercício da atividade de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, bem como a prestação de serviços de escrituração de Cotas e controladoria do Fundo, caberá ao Custodiante.

12.2. O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- i) validar, na data da cessão, os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- ii) verificar trimestralmente, nos termos do item 12.4 abaixo, a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios durante o funcionamento do Fundo;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- iv) fazer, por si ou por terceiros contratados a custódia, administração e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo exceto quando, e, se expressamente dispensado pela CVM;
- v) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os

Contratos e Termos de Cessões, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agência Classificadora de Risco, quando houver, Consultora Especializada, Gestora e órgãos reguladores;

- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na conta de depósito de titularidade do Fundo;
- vii) prestar serviços de custódia de Ativos Financeiros; e
- viii) prestar serviços de escrituração das Cotas.

12.3. Se expressamente dispensado pela CVM a guarda física dos Documentos Comprobatórios será efetuada pelas respectivas Cedentes.

12.4. Em contrapartida ao disposto no item 12.3 acima, o Custodiante efetuará trimestralmente a análise por amostragem dos Documentos Comprobatórios, que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos indicados no Anexo IV.

12.4.1. Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, poderá contratar prestador de serviços para auxiliá-lo no processo de análise por amostragem dos Documentos Comprobatórios.

12.4.2. Na hipótese de contratação de empresa especializada mencionada no item 12.4.1 acima, o Custodiante manterá regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitem diligenciar o cumprimento, pela referida empresa, da análise por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios.

12.5. Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração, o Custodiante receberá uma taxa composta por uma remuneração equivalente ao percentual anual de 0,017% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, devida todo 5º (quinto) dia útil dos meses subsequentes (“Taxa de Custódia”):

12.5.1. Independentemente do disposto no item anterior, o valor mínimo mensal da Taxa de Custódia é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a data da 1ª (primeira) integralização de cotas do Fundo.

12.5.2. O mínimo mensal definido no item 12.5.1 acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, a contar da data da 1ª (primeira) integralização de cotas do

Fundo. Em casos de reestruturação, fusão, cisão e incorporação do Fundo, a Administradora poderá realizar a cobrança de taxa de administração extraordinária, calculada por hora homem trabalhada.

12.5.4. Adicionalmente à Taxa de Custódia, será devido ao Custodiante:

12.5.4.1. O valor equivalente a cada TED (Transferência Eletrônica Disponível) ou DOC (Documento de Ordem de Crédito) relacionados aos pagamentos diários realizados serão atualizados anualmente pelo IGP-M;

12.6. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Instituição Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado do envio à Instituição Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

### **13. CONSULTORA ESPECIALIZADA**

13.1. Será contratada pelo Fundo a Consultora Especializada que, sem prejuízo das demais disposições e dos limites impostos neste Regulamento e na legislação em vigor, terá as seguintes atribuições:

- i) informar regularmente a Gestora de potenciais Operações, incluindo informações sobre condições de mercado e concorrência;
- ii) originar Operações para o Fundo, atuando em conjunto com a Gestora na definição de eventuais terceiros para a concretização das Operações;
- iii) analisar a viabilidade de potenciais Operações, incluindo sua modelagem e análise financeira;
- iv) sem prejuízo da responsabilidade da gestora, definir condições adicionais para a aquisição de Direitos Creditórios;
- v) validar os Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão estabelecidas neste Regulamento;
- vi) assessorar a elaboração de propostas, ofertas e de quaisquer outros documentos relativos a uma aquisição de Direitos Creditórios;

- vii) coordenar os trabalhos de auditoria de potenciais Operações;
- viii) analisar contingências legais e comerciais relativas aos Direitos Creditórios objeto de uma potencial Operação, envolvendo a Gestora quando necessário;
- ix) realizar a precificação dos Direitos Creditórios para fins de aquisição de tais Direitos Creditórios;
- x) realizar em conjunto com a Gestora, a estruturação de aquisições de Direitos Creditórios, inclusive na negociação dos documentos relativos às Operações, sempre no interesse do Fundo; e
- xi) assessorar na seleção e contratação de prestadores de serviços qualificados para a seleção de Direitos Creditórios.

13.2. Para todos os efeitos, fica acordado que é direito da Consultora Especializada manter em absoluta confidencialidade toda a sua expertise na precificação, estratégias de recuperação e performance, dentre outras atividades que já exerce junto ao fundo.

#### **14. AGENTE DE COBRANÇA**

14.1. As atividades de cobrança e recuperação dos Direitos Creditórios serão desempenhadas pelo Agente de Cobrança, que será contratado pelo Fundo para cada aquisição de Direitos Creditórios através da celebração de do Acordo Geral de Cobrança que irá prever as condições gerais para prestação de serviços de cobrança e recuperação para o Fundo, sendo certo que a cada aquisição de Direitos Creditórios o Fundo celebrará com o Agente de Cobrança um Termo Aditivo ao Acordo Geral de Cobrança específico para o portfólio a ser adquirido.

14.1.2. Tanto o Acordo Geral de Cobrança quanto cada Termo Aditivo ao Acordo Geral de Cobrança conterão as condições gerais de cobrança e recuperação dos Direitos Creditórios objeto da respectiva Operação, incluindo a remuneração do Agente de Cobrança bem como o custo orçado das principais iniciativas e ações de cobrança.

14.2. Sem prejuízo do disposto acima, o Agente de Cobrança será responsável por conduzir o processo de recuperação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, estando entre suas obrigações, mas não limitadas a:

- i) administrar a cobrança dos Direitos Creditórios;

- ii) preparar notificações para os Prestadores de Serviços de Cobrança confirmando sua manutenção ou não na prestação de tais serviços em função da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, quando for o caso;
- iii) celebrar acordos com SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos ou entidades de cadastro de devedores ou de natureza similar, com o propósito de permitir a inclusão de Devedores em seus cadastros, bem como a realização de notificações, se for o caso;
- iv) contratar estudos sobre comportamento de consumidores em geral e sobre os Devedores dos Direitos Creditórios, atuando em conjunto com profissionais especializados para analisar e desenvolver planos de recuperação dos Direitos Creditórios;
- v) notificar os Devedores acerca da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, quando for o caso;
- vi) supervisionar os Prestadores de Serviços de Cobrança, inclusive com poderes para rescindir ou renegociar quaisquer contratos com referidos Prestadores de Serviços de Cobrança;
- vii) determinar a continuação, renegociação ou rescisão de quaisquer contratos com Prestadores de Serviços de Cobrança;
- viii) solicitar à Gestora a alienação de qualquer conjunto de Direitos Creditórios por preço superior a mínimo determinado anualmente pela Gestora;
- ix) assegurar aos Devedores planos de pagamento, descontos, prorrogações de prazo, negociar ajustes e quaisquer outras condições dos Direitos Creditórios de acordo com o Acordo Geral de Cobrança ou mediante expressa aprovação da Gestora;
- x) controlar e supervisionar os procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios, tendo em vista a estratégia do Fundo;
- xi) controlar e supervisionar eventual cobrança judicial que se faça necessária, dos Direitos Creditórios;
- xii) utilizar os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, bem como efetuar o pagamento de despesas, nos termos do item 4.8.2 acima;

- xiii) preparar e submeter à Gestora o orçamento anual do Fundo;
- xiv) aprovar quaisquer acordos com Devedores de Direitos Creditórios e respectivos garantidores e instruí-los quanto ao pagamento ajustado em tais acordos;
- xv) aprovar despesas relativas à manutenção e recuperação dos Direitos Creditórios;
- xvi) instruir o Custodiante a abrir contas de titularidade do Fundo para recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos estabelecidos no Acordo Geral de Cobrança;
- xvii) desenvolver e implantar, por si ou com terceiros, canais de negociação e pagamento, por qualquer meio;
- xviii) manter o registro adequado de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- xix) administrar os bens recebidos em nome do Fundo ou de terceiros por conta e ordem do Fundo, podendo aceitar bens de qualquer natureza em decorrência da execução dos Direitos Creditórios e respectivas garantias, devendo praticar todo e qualquer ato necessário para transferi-los ao Fundo e observado ainda o disposto no item 14.3 (iii) abaixo; e
- xx) elaborar o orçamento do Fundo para fins de determinação da Reserva de Caixa, que será aprovada pela Gestora.

14.2.1. As obrigações do Agente de Cobrança acima estabelecidas são obrigações de meio, devendo aquele responder por culpa ou dolo em seu cumprimento, não respondendo o Agente de Cobrança, entretanto, pelo não atingimento dos fins almejados, qual seja, o recebimento total ou parcial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

14.3. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, os seguintes serviços serão executados pela Instituição Administradora, por si própria ou por meio do Custodiante, quando for o caso e quando não previstos de forma diversa nos Documentos do Fundo:

- i) pagamento ou supervisão do pagamento, quando for o caso, de quaisquer valores exigidos pela legislação ou autoridades governamentais incidentes sobre as atividades do Fundo;
- ii) zelar pelo cumprimento das instruções de pagamento de quaisquer despesas do Fundo dadas ao Custodiante; e

- iii) providenciar quaisquer registros requeridos pela legislação vigente acerca das atividades do Fundo, inclusive aqueles decorrente das regras emanadas da CVM.

## **15. COTAS DO FUNDO**

15.1. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião do término do prazo de uma Série ou da liquidação do Fundo.

15.1.1. As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

15.1.2. As Séries de Cotas não terão quaisquer preferências ou privilégios entre si.

15.2. Será admitida a amortização das Cotas nos termos do presente Regulamento e do respectivo Suplemento ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas, ou, por decisão da Administradora, na hipótese do item 16.4.

15.3. Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

15.4. A emissão de novas Cotas (i) para integralização à vista na data da subscrição dependerá de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, por maioria simples dos Cotistas, e (ii) para integralização a prazo dependerá de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, pela totalidade das cotas em circulação (independentemente da Assembleia Geral de Cotistas ser instalada em primeira convocação ou não).

15.4.1 Os Cotistas terão direito de preferência para subscrever novas Cotas emitidas pelo Fundo, em volume suficiente para manter a participação que detiverem na data da Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a respectiva emissão.

15.5. As Cotas representativas do patrimônio inicial ou de novas Séries serão subscritas a partir da data de respectiva Data de Subscrição Inicial e integralizadas na Data de Integralização. Na integralização de Cotas em data diversa da Data de Integralização será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva integralização ou disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, conforme o caso.

15.5.1 As Cotas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. Em casos específicos e mediante aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, admitir-se-á

a integralização de Cotas por meio de Direitos Creditórios, os quais serão previamente apresentados nos termos do Regulamento.

15.5.2 É permitido o cancelamento do saldo de Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo que não seja subscrito pelos Cotistas.

156 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

15.7. É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do Fundo, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão atestando que (i) recebeu um exemplar do prospecto, se e quando houver, e do regulamento; (ii) tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento; (iii) tomou ciência da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios que integram o patrimônio do Fundo, fornecido pela Instituição Administradora. Na mesma ocasião, o Cotista deverá assinar boletim de subscrição, do qual deverá constar: (i) nome e qualificação do subscritor; (ii) quantidade de Cotas subscritas; e (iii) preço e condições de integralização das Cotas.

15.8. Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

15.9. As Cotas do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

15.10. O valor mínimo de subscrição e aplicação em Cotas será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

15.11. Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas do Fundo.

15.11.1. No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Autorizado do subscritor das Cotas.

15.12. A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de depósito em conta corrente do Fundo, TED ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente.

15.13. As Cotas serão registradas para distribuição primária por meio módulo apropriado para

tanto dos sistemas da B3. Não haverá negociação secundária das Cotas, as quais serão mantidas durante todo o prazo do Fundo exclusivamente pelos Cotistas.

15.14. Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

15.15. O resgate das Cotas somente poderá ocorrer ao término do prazo de duração de sua respectiva Série ou em caso de liquidação antecipada do Fundo. Se o resgate, por qualquer motivo, ocorrer em data coincidente com feriado nacional ou feriado na Cidade do Rio de Janeiro e/ou São Paulo ou em outra praça onde estiver sediada a Instituição Administradora, os valores correspondentes, se houver, serão pagos aos Cotistas no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo.

## **16. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS**

16.1. As Cotas serão valorizadas diariamente, conforme o critério de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira alocação dos rendimentos ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

16.2. Todo dia útil, desde que o Patrimônio Líquido assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, deverá ser incorporado ao valor de cada uma das Cotas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, a valorização das Cotas apurada de acordo com a Cláusula 17 abaixo, observado o disposto no respectivo Suplemento.

16.3. As Cotas de cada Série serão amortizadas de acordo com o disposto no respectivo Suplemento, mediante notificação enviada pela Gestora à Instituição Administradora com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento, e observadas as disposições do presente Regulamento, sendo realizada ao menos em periodicidade mensal.

16.4. A Instituição Administradora poderá realizar, a qualquer tempo, mediante instruções da Gestora, amortizações extraordinárias das Séries de Cotas em circulação, pelo valor atualizado das Cotas em circulação, exclusivamente para fins do enquadramento do Patrimônio Líquido do Fundo à alocação mínima em Direitos Creditórios estabelecida neste Regulamento.

16.5. Na hipótese de realização de amortização extraordinária das Cotas nos termos do item 16.4 acima, todos os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada amortização extraordinária, mediante correio eletrônico.

16.6. Qualquer amortização extraordinária afetará todos os Cotistas, independentemente da Série em questão, de forma proporcional e em igualdade de condições.

16.7. A Gestora deverá constituir a Reserva de Caixa, conforme fluxo esperado de recebimento dos Direitos Creditórios de uma Carteira, enviado pelo Agente de Cobrança em conjunto com a Consultora Especializada, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, que poderão ser aplicados em Ativos Financeiros.

16.7.1. Na constituição da Reserva de Caixa, a Gestora e a Consultora Especializada, deverão privilegiar a aquisição de Ativos Financeiros remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização previstas no respectivo Suplemento, observada a Política de Investimento do Fundo definida neste Regulamento.

16.7.2. Observada a ordem de aplicação de recursos do Fundo, caso a Reserva de Caixa exceda o Saldo Mínimo da Reserva de Caixa o excedente será integralmente utilizado na amortização das Cotas de todos os Cotistas do Fundo, de forma proporcional à sua participação no Patrimônio Líquido. A verificação se o montante da Reserva de Caixa excedeu o Saldo Mínimo da Reserva de Caixa será de responsabilidade única e exclusiva da Gestora.

16.7.3. A Gestora, com base em informações recebidas da Consultora Especializada, poderá determinar a retenção na Reserva de Caixa de valor superior ao indicado no item 16.7.2 para cobrir eventuais despesas extraordinárias ou esperadas, toda vez que julgar que aquele valor seja insuficiente para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias do Fundo, observado o limite máximo da Reserva de Caixa de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), o qual somente poderá ser excedido se aprovado pela unanimidade dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas. Do mesmo modo, a Gestora, com base em informações recebidas da Consultora Especializada, poderá determinar a liberação de valores da Reserva de Caixa.

16.8. O resgate das Cotas somente ocorrerá ao término do prazo de duração de cada Série ou de sua liquidação.

16.9. A presente Cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

## **17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

17.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados diariamente, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo:

- i) os títulos de emissão do Tesouro Nacional e as cotas de fundos de investimento terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do Custodiante, cuja versão atualizada poderá ser obtida diretamente site do Tesouro Nacional pelos Cotistas ou interessados;
- ii) os Direitos Creditórios serão registrados no Fundo por seu preço de aquisição;
- iii) na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado; e
- iv) em não havendo mercado secundário ativo para precificação dos Direitos Creditórios, cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos preços de aquisição, acrescidos de juros com base na taxa interna de retorno de cada Carteira, líquida de despesas operacionais, e deduzidas as eventuais provisões para perdas decorrentes de ações judiciais contra o Fundo.

17.2. A qualquer momento a Gestora, em conjunto com o Consultora Especializada, podem ajustar os Direitos Creditórios a valor justo pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados de recebimentos, líquido das despesas de cobrança e provisões. Os fluxos futuros de recebimento líquido e as taxas aplicáveis de desconto para determinação do valor presente da carteira serão formalizados pela Gestora em conjunto com a Consultora Especializada.

- 17.3. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de Direitos Creditórios:
- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
  - ii) a existência de negocações com Direitos Creditórios, cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

17.4. A Gestora fornecerá informações para que o Custodiante efetue a precificação dos Direitos Creditórios. As informações deverão se baseadas em estudos de valorização, relatórios de

recuperação, ou outros documentos que auxiliem a valorização dos Direitos Creditórios. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, além dos ajustes da carteira pelo valor presente dos fluxos futuros projetados de recebimento líquido, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

17.5. Conforme determina a Instrução CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, deverá ser registrada uma provisão para perdas. A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa.

17.6. A Gestora poderá solicitar constituição de provisão para Direitos Creditórios que sejam objeto de ação judicial por parte dos respectivos devedores ou coobrigados, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes e o Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Ativos Financeiros, em observância aos critérios estabelecidos na regulamentação aplicável.

## **18. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

18.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, ativos, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco, se houver;
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; e
- xii) despesas com a contratação de Agente de Cobrança.

18.2. Quaisquer despesas não previstas no item 18.1 acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

18.3. O Custodiante e/ou Instituição Administradora, conforme o caso, deverá informar à Gestora e ao Agente de Cobrança, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência ou na maior periodicidade possível, as liquidações de parcelas de amortização, distribuição de rendimentos ou resgates previstos, conforme o caso, bem como a constituição de provisões ou rejeição do pagamento de despesas pelo Fundo, para que a Gestora e/ou o Agente de Cobrança forneça esclarecimentos e orientações quanto à contabilização e liquidação das despesas, provisões ou rejeições acima até a data de vencimento da respectiva obrigação.

18.4. Caso existam divergências quanto aos procedimentos definidos pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora para liquidação de parcelas de amortização, distribuição de rendimentos ou resgates previstos, conforme o caso, bem como para a constituição de provisões, a Gestora e/ou Agente de Cobrança poderão consultar terceiros especializados nas matérias objeto de divergência a fim de fundamentar a tomada de decisão a ser seguida pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora.

18.5. Sem prejuízo do disposto acima, a Gestora e o Agente de Cobrança poderão fornecer orientações ao Custodiante e/ou Instituição Administradora quanto à constituição de reservas e provisões pelo Fundo.

**19.****CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS**

19.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Cotas específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

19.2. Todos os custos e despesas referidos nesta Cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando a Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta Cláusula.

19.3. Caso a realização de despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta Cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral de Cotistas o cronograma de integralização e as características da respectiva Série de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos Cotistas na proporção de sua participação no Fundo, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral de Cotistas, sendo vedada qualquer forma de compensação.

19.4. A Instituição Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Consultora Especializada, o Agente de Cobrança, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Cotistas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta Cláusula.

**20.****ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**

20.1. É da competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- ii) alterar o presente Regulamento;

- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiente e da Agência Classificadora de Risco, se houver ou outros prestadores de serviços, se o caso;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Cotas, tal qual disposto na Cláusula 19 acima;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- vi) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, da Taxa de Gestão ou da Taxa de Custódia;
- vii) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- viii) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou qualquer outra operação similar que resulte em alteração do controle do Fundo;
- ix) eleger e destituir representante dos Cotistas, nos termos deste Regulamento;
- x) deliberar sobre a emissão de novas Cotas, observado o disposto no item 15.4;
- xi) deliberar sobre a alteração de forma substancial qualquer Documento do Fundo ou de qualquer forma modificar os direitos, privilégios ou preferências atribuídas às Cotas;
- xii) deliberar sobre o resgate de Cotas e liquidação do Fundo;
- xiii) deliberar sobre qualquer Operação a ser realizada entre o Fundo e qualquer Parte Relacionada (incluindo a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada, o Agente de Cobrança, os Cotistas e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a eles relacionadas), exceto aquelas operações já aprovadas no presente Regulamento, tais como a contratação da Gestora, da Consultora Especializada e do Agente de Cobrança, e desde que com dispensa da CVM para realização da mesma;
- xiv) aprovar a aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão previstas neste Regulamento, bem como acima dos limites de

- concentração previstos neste Regulamento, o que deverá ser comunicado ao Custodiante;
- xv) aprovar a substituição de Agente de Cobrança contratado pelo Fundo para prestação de serviços de cobrança para portfólio de Direitos Creditórios já adquirido pelo Fundo;
  - xvi) aprovar a utilização de quaisquer recursos recebidos pelo Fundo a título de pagamento de qualquer Direito Creditório para a aquisição de novos Direitos Creditórios (exceto a parcela de tais recursos mantida na Reserva de Caixa); e
  - xvii) aprovar que recursos recebidos pelo Fundo nos termos do item 4.8.2 acima não sejam distribuídos aos Cotistas através de amortização de Cotas pelo Fundo, bem como, em tal caso, aprovar a destinação a ser dada a tais recursos.

20.2. O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

20.3. A Taxa de Administração e a remuneração dos demais prestadores de serviços do Fundo prevista neste Regulamento não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral de Cotistas sem o expresso consentimento do prestador de serviço, incluindo a Instituição Administradora.

20.4. A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

20.4.1. Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, Cedente, Gestora ou Custodiante, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

20.5. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode

reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

20.6. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

20.6.1. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

20.6.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

20.6.3. Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

20.6.4. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á na sede da Instituição Administradora; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

20.6.5. Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

20.6.6. Sem prejuízo do envio aos Cotistas na forma prevista no item 20.6, a convocação da Assembleia Geral deve ser disponibilizada por e-mail enviado pelo Administrador ao Cotistas e, enquanto a distribuição estiver em curso, na página do distribuidor na Internet.

20.7. Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de Cotistas representando a maioria das Cotas, as deliberações devem ser tomadas pela aprovação da maioria dos Cotistas presentes, ressalvadas as matérias para as quais um quórum superior seja exigido na forma deste Regulamento, observado, em qualquer caso, o disposto nos itens abaixo e no Contrato de Investimento.

20.7.1. A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva Série.

20.7.2. As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens 20.1 (ii), (iii), (vii), (viii), (ix) e (x) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

20.7.2.1 A deliberação prevista no subitem 15.4(ii) acima será tomada somente pela totalidade das Cotas em circulação, independentemente da Assembleia Geral de Cotistas em questão ser instalada em primeira convocação ou não.

20.7.3. Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

- i) substituição de qualquer dos prestadores de serviço do Fundo;
- ii) alteração:
  - a) da política de investimento;
  - b) dos Critérios de Elegibilidade;
  - c) dos direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
  - e) dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
  - f) da Taxa de Administração, Taxa de Gestão e Taxa de Custódia;
  - g) do cronograma de amortização das Cotas; e
  - h) da metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe; ou
- iii) cobrança de outras taxas não previstas neste Regulamento.

20.7.4. Somente podem votar na Assembleia Geral de Cotistas os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

20.7.5. Não podem votar nas Assembleias Gerais do Fundo: (i) a Instituição Administradora e a Gestora; (ii) os sócios, diretores e funcionários da Instituição Administradora ou da Gestora; (iii) empresas ligadas à Instituição Administradora ou à Gestora, seus sócios, diretores, funcionários; (iv) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários.

20.7.6. Não se aplica a vedação prevista no item 20.7.5 acima quando: (i) os únicos Cotistas forem, no momento de seu ingresso no Fundo, as pessoas mencionadas no item 20.7.5; ou (ii) houver

aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas presentes à assembleia, manifestada na própria Assembleia Geral, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia Geral em que se dará a permissão de voto.

20.8. As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

20.8.1. A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta [com aviso de recebimento] endereçada a cada Cotista, e, em ambos os casos, por meio de correio eletrônico enviado aos Cotistas.

20.9. As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- ii) cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas; e
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

## **21. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO**

21.1. O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento e sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

21.1.1. Será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo ou adoção de quaisquer outras medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de qualquer dos seguintes Eventos de Avaliação:

- i) na hipótese de a Instituição Administradora, Custodiante, Gestora ou Consultora Especializada renunciar às suas funções, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- ii) na hipótese de a Instituição Administradora chamar aportes adicionais de recursos no Fundo e os Cotistas não aceitarem realizar a subscrição e integralização de novas Cotas
- iii) não pagamento de parcelas de amortização nos termos deste Regulamento ou do Suplemento em até 3 (três) dias contados da data programada para o respectivo pagamento;

e

iv) resilição do Contrato de Custódia ou de contrato celebrado com o Agente de Cobrança.

21.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, suspenderá imediatamente o pagamento de quaisquer parcelas de amortização de Cotas em andamento, bem como deixará de adquirir novos Direitos Creditórios e convocará imediatamente a Assembleia Geral de Cotistas, a qual deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias e decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

21.3. No caso da Assembleia Geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item 21.6 abaixo, incluindo a imediata convocação de nova Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da Assembleia Geral de Cotistas que deliberou a ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada.

21.4. Caso a Assembleia Geral de Cotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral de Cotistas para manutenção das atividades regulares do Fundo, bem como para o saneamento do Evento de Avaliação.

21.5. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação que seja do seu conhecimento;
- ii) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim;
- iii) durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo ser inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- iv) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- v) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;

- vi) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada; ou
- vii) recebimento, pela Instituição Administradora, de comunicação por escrito enviada pela Gestora, ou pela Consultora Especializada ou por qualquer Cotista, comunicando a ocorrência, ao menos 2 (duas) vezes, de descumprimento de obrigações dispostas no Contrato de Investimento.

21.6. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) notificar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização de Cotas em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas definidos abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia Geral de Cotistas para que os titulares das Cotas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando a preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à não liquidação antecipada do Fundo e consequente interrupção dos procedimentos acima referidos.

21.7. Nas hipóteses de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

21.8. Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, incluindo a Taxa de Administração, será pago aos titulares de Cotas, se o Patrimônio Líquido assim permitir, o valor apurado conforme a Cláusula 17 acima.

21.8.1. Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, na forma da Cláusula 22 abaixo, pelo valor apurado nos termos da Cláusula 17 acima, desde que assim deliberado em Assembleia Geral de Cotistas convocada para este fim.

21.8.2. Na hipótese de a Assembleia Geral de Cotistas decidir pela liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora poderá, ainda, alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor apurado nos termos da Cláusula 17 acima, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas.

21.9. Será assegurado tratamento equitativo a todos os Cotistas de uma mesma classe durante o procedimento de liquidação do Fundo.

21.10. A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas.

## **22. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

22.1. As demonstrações financeiras do Fundo deverão ser elaboradas de acordo com as normas de escrituração expedidas pela CVM e pelo Plano Contábil apropriado, devendo ser auditadas anualmente por Auditor Independente registrado na CVM. A informação sobre o Auditor Independente contratado para auditoria do Fundo encontra-se disponível para acesso pelos Cotistas na página da Instituição Administradora no site ([www.framcapital.com](http://www.framcapital.com)), na parte de Relação de Auditores de Fundos de investimento. Qualquer alteração na empresa de auditoria contratada será comunicada por meio de carta simples endereçada aos Cotistas e, quando for o caso, publicada nas páginas na rede mundial de computadores dos ambientes onde as cotas forem registradas para negociação.

22.1.1. O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.1.2. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

## **23. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS**

23.1. A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

23.2. A Instituição Administradora deve informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de Cotas do Fundo, a data da primeira integralização de Cotas do Fundo.

23.3. A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

23.4. A Instituição Administradora, por meio de seu diretor responsável indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado;
- iii) as informações solicitadas no artigo 24, inciso X, alíneas “a” e “c” da Instrução CVM nº 356/01, caso tais informações tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- iv) possíveis efeitos das alterações apontadas no subitem anterior sobre a rentabilidade da carteira;
- v) em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo no trimestre: (1) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e (2) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- vi) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
- vii) forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo: (1) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (2) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- viii) impacto no valor do Patrimônio Líquido e na rentabilidade da carteira dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- ix) análise do impacto dos Eventos de Liquidação Antecipada;
- x) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de direitos creditórios, incluindo: (1) momento da alienação (antes ou depois do vencimento) e (2) motivação da alienação;
- xi) impacto no valor do Patrimônio Líquido e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas: (1) pelo Cedente; (2) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou (3) por pessoas a eles ligadas;

- xiii) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no subitem anterior;
- xiv) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar o Fundo que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e
- xv) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

**23.4.1** A Instituição Administradora deverá submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais referidos acima a exame por parte do Auditor Independente e, após isso, enviá-los à CVM, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do trimestre a que façam referência.

**23.5** A Instituição Administradora deve divulgar, trimestralmente, no periódico referido na Cláusula 24 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) se houver, o(s) relatório(s) da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco contratada(s) pelo Fundo.

**23.5.1** A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, pela regularidade na prestação dessas informações.

**23.6** A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco (se houver), qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo entre estes quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada conforme definidos abaixo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**23.6.1** Sem prejuízo do envio aos Cotistas na forma prevista no item 24.1 e à entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao Fundo ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira deve ser: (i) I – divulgado por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM; e (ii) mantido na página da Instituição Administradora na Internet ([www.framcapital.com](http://www.framcapital.com)) e, enquanto a distribuição estiver em curso, na página do distribuidor na Internet.

23.6.2. Para fins do item 23.6.2 acima, considera-se relevante qualquer ato ou fato que possa influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

23.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

23.8 Dentro dos prazos indicados abaixo, (i) a Instituição Administradora deverá disponibilizar aos Cotistas, em sua sede, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como colocá-las à disposição de qualquer interessado que as solicitar, e (ii) a Gestora deverá enviar tais demonstrações financeiras aos Cotistas por correio eletrônico (conforme endereço informado pelos Cotistas à Gestora):

- i) 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas pelos Auditores Independentes.

23.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, no prazo de até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações, na forma prevista na Instrução CVM 489.

23.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;

- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

23.11 A Instituição Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para os Cotistas ou terceiros.

23.12 Qualquer alteração dos Documentos do Fundo será comunicada por meio de carta simples endereçada aos Cotistas e, quando for o caso, publicada nas páginas na rede mundial de computadores dos ambientes onde as cotas forem registradas para negociação.

23.13 A versão atualizada deste Regulamento deve ser mantida na página da Instituição Administradora na Internet ([www.framcapital.com](http://www.framcapital.com)).

23.13.1. Sem prejuízo do disposto no item 23.13 acima, a versão atualizada deste Regulamento deve ser mantida também nas páginas na Internet do distribuidor, enquanto a distribuição estiver em curso, e da entidade administradora do mercado organizado onde as cotas sejam admitidas à negociação.

## **24. PUBLICAÇÕES**

24.1. Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas em periódico de grande circulação, a ser comunicado aos Cotistas. Qualquer alteração no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

24.2. A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

## **25. ARBITRAGEM EFORO**

25.1. A Instituição Administradora, a Gestora e os Cotistas se obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo e que não possam ser solucionadas amigavelmente pela Instituição Administradora, pela Gestora e pelos Cotistas dentro de um prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos. A arbitragem será realizada em português, aplicando-se as leis brasileiras, e será administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, através da adoção do seu respectivo regulamento, devendo observar sempre o disposto

neste Regulamento, cujas especificações prevalecerão em caso de dúvida.

25.2. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, competindo a(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança, e o 3º (terceiro) será indicado de comum acordo pelos árbitros, sendo certo que os árbitros substitutos serão indicados pelo presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. O árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerente(s) deverá ser nomeado no requerimento de arbitragem; o árbitro escolhido pela(s) parte(s) requerida(s) deverá ser nomeado na comunicação de aceitação da arbitragem e o 3º (terceiro) árbitro deverá ser nomeado no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da aceitação do árbitro da(s) parte(s) requerida(s).

25.3. O tribunal arbitral terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

25.4. Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, a(s) parte(s) requerente(s) e requerida(s) pagarão os honorários, custas e despesas do respectivo árbitro que tiver(em) indicado, rateando-se entre as parte(s) requerida(s), de um lado, e partes requerente(s), de outro lado, os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento). Caso haja mais de uma parte em um dos polos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados a referido polo serão rateados de forma igual entre as mesmas.

25.5. Escolhidos os árbitros as partes instalarão o procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

25.6. Os procedimentos arbitrais deverão ser conduzidos de maneira sigilosa.

25.7. Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

25.8. Em face da presente cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida ao tribunal arbitral e cumprida por solicitação do referido tribunal arbitral ao juiz estatal competente, no foro eleito conforme a cláusula 25.9 abaixo.

25.9. Caso qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo, não possa, por força de lei, ser dirimida pela via arbitral, bem como para a obtenção das medidas coercitivas ou cautelares antecedentes, anteriores, vinculantes ou temporárias, bem como para o início obrigatório no procedimento arbitral, nos termos do Artigo 7º da Lei nº 9.307/96, fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais

privilegiado que possa ser.

FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

## Instituição Administradora

## ANEXO I

*Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL II”*

### **GLOSSÁRIO**

Acordo Geral de Cobrança	Significa o acordo eventualmente celebrado entre a Instituição Administradora, em nome do Fundo, e Agente de Cobrança eventualmente contratado para a cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para definição dos critérios gerais de cobrança pelo Agente de Cobrança ou terceiros por ela contratados, às expensas do Fundo.
Agente de Cobrança	Instituição contratada para exercer as funções relativas à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, podendo tal instituição ser a Consultora Especializada ou outra entidade que preste tais serviços, conforme identificado pela Gestora.
Assembleia Geral de Cotistas	Significa qualquer assembleia geral dos Cotistas do Fundo, a ser realizada na forma prevista nesse Regulamento.
Ativos Financeiros	São os ativos referidos no item 4.3 deste Regulamento.
Auditor Independente	A empresa de auditoria independente de reputação internacional contratada pela Instituição Administradora para auditar as demonstrações financeiras do Fundo dentre as seguintes opções: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes e Ernst & Young.

Carteira	Conjunto de Direitos Creditórios adquiridos através de um Contrato de Cessão segregados pela data de aquisição do Produto.
Cedentes	Quaisquer titulares dos Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo.
CDB	Certificado de Depósito Bancário.
Condições de Cessão	As condições de cessão elencadas no item 6.2 do Regulamento.
Contrato de Cessão	Instrumento jurídico celebrado entre Fundo e Cedente para formalizar a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, instrumento este que deve possuir cláusulas que prevejam a recompra ou indenização pelas Cedentes, no mínimo pelo valor de aquisição pago pelo Fundo, devidamente corrigidos, quando for o caso, na hipótese da Cedente não conseguir apresentar os documentos que comprovem a existência do crédito e/ou erros na documentação que inviabilizem a cobrança do Direito Creditório.
Contrato de Promessa de Cessão	Instrumento jurídico celebrado entre o Fundo e Cedente para regular as condições de uma ou mais cessões futuras de Direitos Creditórios.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Consultora Especializada	Recovery do Brasil Consultoria S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1294, 18º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.032.035/0001-26.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotas	Significam todas as Cotas.
Cotistas	Significa, sem distinção, os titulares de Cotas.
Custodiano	FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 13.673.855/0001-25.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data a partir da qual as cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo serão subscritas, a ser determinada pelos Cotistas na Assembleia Geral de Cotistas que aprovar a referida emissão de Cotas.
Data de Integralização	Data da efetiva integralização das Cotas a ser determinada e especificada no respectivo Suplemento, conforme previsto no Contrato de Investimento.

Devedor	Significa quaisquer devedores de Direitos Creditórios, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive pessoas ligadas, que estejam passando ou possam passar por dificuldades, evidenciadas, exemplificativamente, por estado de insolvência, inadimplência ou concurso de credores em curso ou proposto, processos de recuperação ou reorganização financeira ou societária.
Dificuldade	Significa qualquer sinal de dificuldade financeira de um devedor ou cedente de Direitos Creditórios, evidenciadas, exemplificativamente, por situações de iliquidez ou insolvência, descumprimento de Cláusulas contratuais em contratos de empréstimos e financiamento, processos de recuperação, intervenção, liquidação ou falência, bem como processos de reorganização visando à reestruturação ou pagamento de dívidas vencidas.
Direitos Creditórios	Significam os direitos e títulos representativos destes direitos, bem como o produto do recebimento de tais direitos, performados ou não, vencidos, originados de operações financeiras, de empréstimos em geral, títulos de precatório, requisição de pequeno valor (RPV), de hipotecas, arrendamento mercantil, comerciais, imobiliárias, industriais e/ou de prestação de serviços, cujo cedente e/ou devedor está em situação de Dificuldade ou cujo pagamento devido nos últimos 3 (três) anos, a qualquer momento, esteve, está atualmente, ou possa vir a estar em atraso.
Documentos Comprobatórios	Documentos que formalizam a origem e a exequibilidade dos Direitos Creditórios, que consistirão em contratos celebrados entre os Cedentes e respectivos devedores, bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança de Direitos Creditórios do Fundo, inclusive, mas não se limitando a faturas de prestação de serviços, duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos, bem como documentos que formalizem a constituição de garantias outorgadas pelos devedores e/ou terceiros, notificações judiciais e notificações extrajudiciais.

Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, os Contratos de Cessão, os Contratos de Promessa de Cessão, o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladaria, o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas, Acordo Geral de Cobrança, Contrato de Consultoria Especializada, os Termos Aditivos ao Acordo Geral de Cobrança, Contrato de Investimento e Contratos de Depósito de Documentos.
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada, ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo.
Evento de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 21.5 deste Regulamento que ensejam a liquidação antecipada do Fundo
Fatores de Risco	Significam os fatores de risco previstos no Anexo II.
Fechamento	Conjunto de atos que compõe a Fase IV do procedimento de aquisição de Direitos Creditórios e que, uma vez aceita a Oferta de Aquisição, inclui o processo de negociação dos termos finais dos documentos da Operação.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados NPL II.
Gestora	FRAM CAPITAL – GESTÃO DE ATIVOS LTDA., sociedade limitada com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.157.028/0001-49
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**Instituição Administradora**

**FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.673.855/0001-25.

**Instituições Autorizadas**

São, indistintamente, quaisquer das seguintes instituições Financeiras: Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander (Brasil) S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco Votorantim S.A., Banco Safra S.A., Banco Citibank S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul, Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A.. Banco J. P. Morgan S.A., Banco BNP Paribas Brasil S.A., Banco BMG S.A., Banco Societe Generale Brasil S.A.

**Investidor Autorizado**

Investidor profissional residente no país ou não, conforme disposto na Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, da CVM, e suas alterações posteriores, ou investidor autorizado a adquirir Cotas, nos termos da legislação em vigor.

**Memorando de Investimento**

Significa o memorando contendo descrição dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, bem como as principais condições da aquisição, a ser elaborado pela Consultora especializada e enviada aos Cotistas na forma do item 5.3.1 deste Regulamento.

**MTM**

Mark to Market é a mensuração do valor justo das Carteiras que são alteradas conforme o tempo a transcorrer, indicando o valor a ser contabilizado e informado nas análises financeiras.

**Oferta de Aquisição**

Significa o conjunto de atos que compõem a Fase III do procedimento de aquisição de Direitos Creditórios com o propósito de definir se uma determinada oferta de aquisição de Direitos Creditórios será realizada e em quais condições e engloba a própria oferta em si.

Operação	Significa qualquer negócio, potencial ou não, envolvendo a aquisição de uma carteira de Direitos Creditórios.
Partes Relacionadas	Significa qualquer pessoa: (a) que detenha participação relevante na Consultora Especializada ou em qualquer uma de suas respectivas subsidiárias; (b) na qual a Consultora Especializada ou qualquer uma de suas respectivas subsidiárias detenha participação relevante; (c) que seja controladora, controlada ou esteja sob controle comum com a Consultora Especializada ou qualquer uma de suas respectivas subsidiárias; (d) que atue (ou tenha atuado nos últimos 12 (doze) meses) como diretor, conselheiro ou empregado da Consultora Especializada ou de qualquer uma de suas respectivas subsidiárias; ou (e) que seja membro da família de qualquer pessoa incluída em qualquer uma das categorias acima. Para fins desta definição, "participação relevante" significa a titularidade direta ou indireta de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social com direito a voto de qualquer pessoa.
Patrimônio Líquido	Somatório de todos os bens, ativos, direitos e obrigações do Fundo, líquido de quaisquer provisões ou reservas, calculado de acordo com a Cláusula 17 do Regulamento.
Plano de Aquisição	Significa o planejamento elaborado pela Consultora Especializada para a aquisição de um Direito Creditório, preparado nos termos deste Regulamento.
Política de Investimento	Conjunto de regras relativas à aplicação de recursos pelo Fundo, estabelecido na Cláusula 4 deste Regulamento.
Preparação	Corresponde ao conjunto de atos da Fase II dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, que envolvem à definição dos termos e condições da Operação e a auditoria da carteira a ser adquirida, se for o caso.

## Prestadores de Serviço de Cobrança

Prestadores de serviços contratados pelo Agente de Cobrança às expensas do Fundo para cobrança e recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios que venham a ser adquiridos pelo Fundo, incluindo escritórios de advocacia, contadores, empresas de avaliação de ativos, “call centers” e empresas especializadas em cobrança.

Prospecção	Corresponde à Fase I dentro do procedimento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, no qual são realizados esforços (i) de divulgação do Fundo para potenciais interessados em alienar Direitos Creditórios, bem como (ii) de identificação de Operações.
Reserva de Caixa	Reserva constituída para (i) o pagamento de remuneração de todos os prestadores de serviços contratados direta ou indiretamente pelo Fundo, calculada com base em orçamento anual preparado pela Gestora, com a estimativa dos valores a serem desembolsados em cada ano calendário e revisado periodicamente pela Gestora; (ii) prospecção e estruturação de aquisições de Direitos Creditórios, incluindo trabalhos de auditoria legal e financeira das carteiras de Direitos Creditórios a serem adquiridas ou a serem objeto de proposta de aquisição pelo Fundo; (iii) pagamento de contingências decorrentes do processo de recuperação e execução de Direitos Creditórios da carteira do Fundo, incluindo processos de cobrança, reconvenções ou embargos apresentados por devedores dos Direitos Creditórios, contratação de escritórios de advocacia e empresas de cobrança e quaisquer outros valores que venham a ser eventualmente devidos ou por quaisquer meios exigíveis do Fundo em decorrência dos contratos de cessão de Direitos Creditórios, conforme fluxo esperado de recebimento dos Direitos Creditórios de uma Carteira, enviado pelo Agente de Cobrança em conjunto com a Consultora Especializada, com a estimativa dos valores a serem desembolsados em cada ano calendário e revisado periodicamente pela Gestora, com auxílio do Agente de Cobrança e da Consultora Especializada.

Saldo Mínimo de Reserva de Caixa	Significa o valor mínimo a ser mantido na Reserva de Caixa do Fundo, o qual deverá ser sempre suficiente para cobrir as despesas do Fundo pelo período dos 15 (quinze) dias subsequentes, conforme fluxo esperado de recebimento dos Direitos Creditórios de uma Carteira, enviado pelo Agente de Cobrança em conjunto com a Consultora Especializada, observando o montante mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A. (nova razão social de Serviços de Assessoria S.A.).
SPC	Serviços de Proteção ao Crédito.
Taxa de Administração	É a taxa de administração devida à Instituição Administradora nos termos deste Regulamento.
Taxa de Custódia	É a taxa de gestão devida à Instituição Custodiante nos termos deste Regulamento.
Taxa de Gestão	É a taxa de gestão devida à Instituição Gestora nos termos deste Regulamento.
Taxa DI	Significa a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>over extra-grupo</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela B3 em seu site <a href="http://www.b3.com.br">www.b3.com.br</a> .
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão	Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, a ser assinado pelos subscritores de Cotas.

Termo Aditivo ao Acordo  
Geral de Cobrança

Significa o documento no qual são estabelecidas as condições específicas para a cobrança de uma determinada carteira de Direitos Creditórios, incluindo a remuneração do Agente de Cobrança (tanto a remuneração fixa quanto a remuneração por sucesso).

## ANEXO II

*Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRORIZADOS NPL II”*

### **FATORES DE RISCO**

*O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.*

#### Risco de Mercado

- i) *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas;

#### Risco de Crédito

- i) *Fatores Macroeconômicos* – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente nos Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, aumento do índice de desemprego, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo ou a impossibilidade de recuperação dos Direitos Creditórios, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais;

- ii) *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou preponderantemente extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores s, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo;
- iii) *Risco Relativo à Propositora de Ações Judiciais ou Reclamações Formuladas pelos Devedores dos Direitos Creditórios* - O Fundo tem por objetivo adquirir, entre outros, preponderantemente Direitos Creditórios vencidos e não pagos. Durante a vigência do Fundo poderá ocorrer a propositora de ações judiciais ou reclamações formuladas pelos devedores dos Direitos Creditórios, inclusive acerca de inexistência da dívida perante o Poder Judiciário, órgãos de proteção ao consumidor, entre outros. Não há garantia de que o Fundo não seja condenado nessas demandas (judiciais e extrajudiciais), o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo;
- iv) *Risco Decorrente da Ausência de Políticas de Concessão de Crédito e de Cobrança Previamente Definidas* - Em razão da possibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios de diversos Cedentes de diversos segmentos e, consequentemente, da decorrente possibilidade de uma multiplicidade de devedores, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo podem ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos e, por esta razão, não se estabeleceu neste Regulamento uma política de concessão de crédito prévia e uniformemente definida, já que os Direitos Creditórios podem ser originados de políticas de concessão de crédito distintas decorrentes das práticas mercantis de cada Cedente. Além disso, em razão do processo de originação dos Direitos Creditórios decorrer das práticas mercantis de cada Cedente, o Fundo poderá adotar diferentes estratégias e procedimentos de cobrança em virtude do perfil de cada operação. Esta cobrança será realizada pelo Agente de Cobrança em conjunto com os Prestadores de Serviços de Cobrança, conforme definido em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios;
- v) *Diversificação da carteira de Direitos Creditórios* – a partir do início do funcionamento do Fundo, a Gestora e a Consultora Especializada deverão dar início à originação de Operações para a composição da carteira de Direitos

Creditórios do Fundo. Esta, por sua vez, poderá ter composição bastante diversificada, com características e qualidade de créditos distintas para cada Operação ou Direito Creditório. Não há garantias sobre a qualidade de crédito e as características das Operações e dos Direitos Creditórios, de forma que estes poderão afetar negativamente os resultados do Fundo;

#### Risco de Liquidez

- i) *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sem negociação de cotas em mercado secundário, sendo que as Cotas só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo. As Cotas não serão avaliadas por qualquer agência classificadora de risco e a elas não será atribuída classificação de crédito (rating), e por esta razão não poderão ser objeto de transferência ou negociação no mercado secundário
- ii) *Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo;
- iii) *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo ou da Série* – O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na Cláusula 21 do presente Regulamento ou ao término do seu prazo de duração ou da Série, conforme o caso. Ocorrendo a liquidação ou encerramento da Série, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Devedores ou o Fundo não ter recuperado os Direitos Creditórios. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios do Fundo, conforme o caso; (ii) à recuperação por meio de cobrança judicial ou preponderantemente extrajudicial, conforme o caso; (iii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iv) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

- iv) *Ausência de garantia de pagamento de amortizações mensais ou periódicas e sazonalidade do processo de recuperação* – Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, são, em regra, vencidos e não pagos na data de vencimento. Portanto, o recebimento de recursos pelo Fundo para o pagamento de amortizações aos Cotistas dependente diretamente da habilidade de a Gestora e a Consultora Especializada originarem Operações com perfil adequado de recuperação e da capacidade de o Agente de Cobrança recuperar os Direitos Creditórios. Além disso, o processo de recuperação dos Direitos Creditórios normalmente é afetado pela sazonalidade. Por exemplo, no mês de dezembro os recebimentos dos Direitos Creditórios são tradicionalmente maiores que no mês de janeiro. Portanto, o Fundo somente pagará amortizações aos Cotistas caso tenha disponibilidade para tanto e tais amortizações poderão ser eventuais, sem periodicidade pré-estabelecida.

#### Riscos Específicos - Riscos Operacionais

- i) *Riscos Relacionados à Cobrança dos Direitos Creditórios* – O Fundo tem por objetivo adquirir, entre outros, preponderantemente Direitos Creditórios vencidos e não pagos, sendo que nesse caso, a valorização dos investimentos do Fundo, e, consequentemente, dos Cotistas, está diretamente associada aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos Creditórios a serem realizados pelos Agentes de Cobrança e/ou pelos Prestadores de Serviços de Cobrança em nome do Fundo. O Fundo, a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada, o Custodiante, os Agentes de Cobrança e/ou os Prestadores dos Serviços de Cobrança não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos respectivos Devedores, bem como o Fundo, a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada e o Custodiante não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança e/ou pelos Prestadores de Serviços de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. Ainda, não há como assegurar que os Agentes de Cobrança e/ou os Prestadores de Serviços de Cobrança permanecerão como contratados do Fundo pelo prazo requerido e/ou pretendido pelo Fundo, sendo que, na hipótese de término antecipado dos contratos de prestação de serviços celebrados entre o Fundo e os Agentes de Cobrança e/ou os Prestadores de Serviços de Cobrança, o Fundo poderá não conseguir selecionar e contratar, dentro de tempo hábil, novos prestadores de serviços de cobrança devidamente qualificados para realizarem esforços de cobrança dos Direitos Creditórios. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos Creditórios sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de

Cobrança e/ou Prestadores de Serviços de Cobrança. O Fundo pode ser obrigado a pagar custas judiciais e honorários advocatícios referentes às ações judiciais eventualmente movidas pelo Agente de Cobrança e/ou pelos Prestadores de Serviços de Cobrança contra os Devedores para cobrança dos Direitos Creditórios, o que pode afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

- ii) *Risco de Ausência de Suporte Completo dos Documentos Comprobatórios* - Tendo em vista a natureza específica dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo (que incluem Direitos Creditórios vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento), existe a possibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios que não tenham suporte completo e/ou adequado de Documentos Comprobatórios ou que sejam amparados exclusivamente por meio de documentação eletrônica, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios por meio de esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança e/ou pelos Prestadores de Serviços de Cobrança em nome do Fundo. Neste caso, o Fundo, a Gestora, a Instituição Administradora, a Consultora Especializada, o Custodiante e os Agentes de Cobrança e/ou os Prestadores de Serviços de Cobrança não poderão ser responsabilizados por eventuais perdas do Fundo;
  
- iii) *Risco de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios por Amostragem pelo Custodiante* - O Custodiante (diretamente ou por meio empresa terceirizada especialmente contratada para este fim) realizará auditoria trimestral, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios para verificar o lastro dos Direitos Creditórios e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria trimestral por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Cotistas.
  
- iv) *Risco Decorrente da Ausência de Prévio Conhecimento dos Cedentes* - O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Instituição Administradora, pela Consultora Especializada e/ou pelo Custodiante. Assim sendo não há prévio conhecimento do Fundo, da Gestora, da Instituição Administradora, da Consultora Especializada e/ou do Custodiante das particularidades do setor de atuação, do histórico, dos fatores de ordem econômica, financeira ou legal de cada Cedente que possam

impactar na geração dos direitos e títulos representativos de crédito cedidos ao Fundo. Diante destes fatores e caso os Direitos Creditórios não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e o respectivo Cedente, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente;

- v) *Riscos decorrentes da impossibilidade ou inabilidade para originação e conclusão de Operações* – A Gestora e a Consultora Especializada poderão não conseguir originar Operações ou, estas, uma vez originadas, poderão não ser concluídas caso a Gestora e a Consultora Especializada entendam não ser conveniente aos interesses dos Cotistas ou por não oferecerem propostas competitivas de aquisição dos Direitos Creditórios, conforme o caso. Ademais, determinados Cedentes poderão ter restrições para alienar seus Direitos Creditórios a fundos de investimento em direitos creditórios. Em tais hipóteses, o capital comprometido dos investidores poderá não ser utilizado ou poderá não ser rentabilizado ou, ainda, os Cotistas poderão sofrer prejuízos em decorrência de despesas assumidas pelo Fundo no processo de aquisição de Direitos Creditórios;
- vi) *Riscos decorrentes de contingências judiciais* – durante o processo de recuperação dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá ser demandado judicialmente por devedores em função da cobrança, com o intuito de impedir, contestar, ou postergar a cobrança dos Direitos Creditórios pelo Fundo ou alegar a existência de danos morais ou materiais. Ainda que tais demandas possam ser infundadas, elas poderão sujeitar o Fundo a despesas na conservação de seus interesses. Caso o Fundo venha a ser condenado, sem prejuízo da eventual responsabilidade dos prestadores de serviço envolvidos, a rentabilidade das Cotas poderá ser negativamente afetada. A existência de potenciais contingências judiciais poderá, inclusive, afetar os modelos de precificação dos Direitos Creditórios. Por fim, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios com processos de cobrança já ajuizados pelo Cedente. Tais processos poderão não ter sido formulados adequadamente, podendo resultar em perdas materiais para o Fundo;
- vii) *Riscos relativos à precificação das Operações* - durante o processo de aquisição dos Direitos Creditórios, a Gestora e Consultora Especializada preparam orçamentos e realizam estimativas dos custos incorridos com a recuperação dos Direitos Creditórios, bem como das potenciais receitas advindas do processo de recuperação. As estimativas podem variar ao longo do tempo em função de diversos fatores e não refletirem os custos e receitas efetivamente incorridos. Assim, os custos reais poderão ser maiores que os estimados e as receitas inferiores ao esperado, afetando negativamente os resultados do Fundo;

- viii) *Riscos relacionados à transferência de Prestadores de Serviço de Cobrança para o Fundo* – em muitos casos os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão já estar sob cobrança de determinado prestador de serviço, o qual normalmente possui contrato com o Cedente para executar seus serviços e fixar sua remuneração. Uma vez adquirido os Direitos Creditórios, o Fundo poderá manter os mesmos prestadores de serviços ou poderá transferi-los para terceiros designados pelo Agente de Cobrança, caso entenda conveniente ou caso o prestador já contratado não deseje prestar serviços para o Fundo nas condições impostas pelo Agente de Cobrança. A substituição de prestadores de serviço de cobrança ou do contratante desse serviço poderá ser demorado e implicar custos para o Fundo que poderão impactar negativamente seus resultados.

#### Risco de Descontinuidade

- i) *Risco de Liquidação Antecipada do Fundo* – Na hipótese prevista acima e demais hipóteses previstas neste Regulamento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos no item “Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo” acima.

Outros

- i) *Risco Decorrente da Multiplicidade de Cedentes* – O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos devedores dos Direitos Creditórios podem não ser previamente identificados pelo Fundo. Caso os Direitos Creditórios não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema entre o devedor e o respectivo Cedente, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente;
- ii) *Risco de Não Performance dos Direitos Creditórios* - De acordo com a Política de Investimento, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios não performados. Para o aperfeiçoamento da relação jurídica consignada em cada operação e para que haja a obrigação de pagamento por parte do respectivo devedor e, por consequência, originar os Direitos Creditórios que serão cedidos ao Fundo, é imprescindível que haja a efetiva performance dos Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes. Assim sendo, fatores exógenos e alheios ou não ao controle dos Cedentes que possam prejudicar a performance das operações que, de algum modo, afetem negativamente a performance dos Direitos Creditórios podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os Direitos Creditórios não se perfeça;
- iii) *Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio;
- iv) *Risco de Concentração* – O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas;

- v) *Alteração do Regulamento* – O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o funcionamento do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas;
- vi) *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas* – Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, considerando que a Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente, a Gestora, a Consultora Especializada, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não proposta ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente;
- vii) *Risco decorrente da precificação dos ativos* - Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to- market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas;
- viii) *Inexistência de Rendimento Predeterminado* – As Cotas serão valorizadas mensalmente, conforme os critérios de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo previstos abaixo. Tais critérios não representam nem deverão ser

considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberá rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem;

- ix) *Ausência de Coobrigação da Cedente* – O Cedente, em regra, não responde pela solvência dos Devedores, cabendo exclusivamente ao Fundo suportar o risco de inadimplência. O Fundo deverá adotar as medidas necessárias para cobrança judicial ou preponderantemente extrajudicial dos Direitos Creditórios, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados do Fundo; e
- x) *Desconsideração da Cessão* – Com relação a cada Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, caso seja realizada em (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passe ao estado de insolvência; (b) fraude de execução, caso (1) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (2) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (c) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal. Não obstante, a Instituição Administradora, a Gestora, a Consultora Especializada e o Custodiante não realizarão a verificação das hipóteses acima em cada cessão de Direito Creditório e não poderão ser responsabilizadas em caso da desconsideração da cessão de um Direito Creditório ao Fundo.

**ANEXO III**

*Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II”*

**SUPLEMENTO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS**

Suplemento referente à Segunda Série de Cotas emitida nos termos do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II. O presente instrumento é parte integrante, administrado pela **FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

1. Data de Subscrição Inicial: A Data de Subscrição Inicial da presente série de Cotas será até dia 14 de julho de 2023.
2. Data de Integralização: As Cotas serão integralizadas na data de sua subscrição.
3. Prazo: O prazo de duração das Cotas será o prazo de duração do Fundo.
4. Quantidade: 6.000 (seis mil) Cotas.
5. Preço unitário de Emissão: R\$ 323.225,36 (trezentos e vinte e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos).
6. Valor total da Emissão: R\$ 1.939.352.160,00 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais).
7. Distribuição: A distribuição da 2ª Série de Cotas do Fundo será realizada FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de Distribuidor de Cotas, em regime de melhores esforços de colocação, de acordo com o procedimento de distribuição previsto no Artigo 8º, inciso I da Resolução CVM 160.
8. Amortização e Resgate: A Instituição Administradora promoverá amortizações parciais das Cotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que os Direitos Creditórios (i) sejam convertidos em recursos disponíveis, quer pelo seu adimplemento total ou parcial, quer pela execução de garantias e/ou alienação a terceiros; e (ii) sejam recursos disponíveis superiores ao montante necessário para formação da Reserva de Caixa, o pagamento do valor de exigibilidades e provisões do Fundo à época e observadas as demais disposições do Regulamento.

9. Observado o disposto no item 7 acima, as Cotas serão amortizadas sempre no dia 25 (vinte cinco) de cada mês calendário, utilizando-se exclusivamente os recursos oriundos da Reserva de Caixa, desde que os valores a serem amortizados perfaçam o montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que seja mantido o valor mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na referida reserva.

9.1 O pagamento de amortizações das Cotas do Fundo será efetuado por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Cotista, nos termos do Regulamento.

9.2 O resgate das Cotas ocorrerá conforme disposto na cláusula 16.8 do Regulamento do Fundo.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento será averbado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 03 de julho de 2023.

**FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Instituição Administradora

## ANEXO IV

*Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II”*

### PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A verificação trimestral dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo será efetuada de acordo com os seguintes procedimentos:

*Definição dos critérios para utilização de amostras:*

*1. Determinação da amostra*

O tamanho da amostra a ser analisada será definido a partir dos seguintes parâmetros:

$$n = \frac{N * z^2 * p * (1 - p)}{ME^2 * (N - 1) + z^2 * p * (1 - p)}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

N = totalidade de Direitos Creditórios adquiridos z = *Critical score* = 1,96 (95%)

p = proporção a ser estimada = 5% ME = erro

médio = 2,6%

A partir dos parâmetros acima mencionados, será selecionada uma amostra de 100 itens.

Os procedimentos acima definidos serão executados com base em testes por amostragem. Será utilizado o software ACL para a extração da amostra.

*2. Divisão por grupos baseados no tempo de aquisição*

As carteiras serão divididas em dois grupos de carteiras, de acordo com a data de aquisição das Carteiras no Fundo. Nomear-se-á “Grupo A de Carteiras” aquelas cuja aquisição pelo Fundo tenha ocorrido em até 60 meses anteriores a data-base de teste e “Grupo B de Carteiras” as demais Carteiras que integram o Fundo, ou seja, as carteiras cuja aquisição pelo Fundo ocorreu há mais de 60 meses anteriores à data-base de teste. A quantidade de amostras analisadas no Grupo A de Carteiras será o valor total encontrado no item 1 multiplicado por um fator de 80%. Os 20% remanescentes serão aplicados para o Grupo B de Carteiras.

Nesse caso, considerando a amostra total de 270 itens, o Grupo A de Carteiras será testado em 216 itens e o Grupo B de Carteiras será testado em 54 itens.

***3. Distribuição amostral de acordo com a representatividade das carteiras:***

Após aplicação das metodologias dos itens 1 e 2 supracitados, deverá ocorrer a distribuição das amostras escolhidas levando em consideração a representatividade do valor contabilizado da carteira no ativo do Fundo. O critério central para distribuição das amostras é o valor contabilizado na data base da seleção das carteiras.

Em ambos os grupos (A e B), a quantidade de amostras definidas para o grupo deverá ser distribuída proporcionalmente aos valores contabilizados das carteiras e quanto eles representam para o grupo no qual a carteira está inserida.

Após aplicação das metodologias do item acima, deverá ocorrer a distribuição das amostras escolhidas levando em consideração a representatividade do valor contabilizado da carteira no ativo do Fundo. O critério central para distribuição das amostras é o valor contabilizado na data base da seleção das carteiras.

Em ambos os grupos (A e B), a quantidade de amostras definidas para o grupo deverá ser distribuída proporcionalmente aos valores contabilizados das carteiras e quanto eles representam para o grupo no qual a carteira está inserida.

Exemplo: considerando uma amostra total de 100 itens no Grupo A e caso o Grupo A tenha apenas duas carteiras (Carteira 1 e Carteira 2), com valores contabilizados de R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões, respectivamente, ter-se-á uma representatividade de 25% e 75% do valor do Grupo A. Desta forma, a Carteira 1 irá receber 25% das amostras destinadas ao Grupo A, ou seja, 25 amostras; e a Carteira 2 irá receber o restante: 75 amostras.

Em caráter extraordinário, caso alguma Carteira selecionada não contenha Direitos Creditórios suficientes para cobertura específica da amostra proporcionalizada, deverão ser aplicadas amostras até a quantidade

máxima de Direitos Creditórios existentes na Carteira. Do restante, e a fim de que se alcance o nº da Amostra Total, redistribuir-se-á as amostras para as demais Carteiras, seguindo o método de representatividade das carteiras do dentro do Grupo, conforme expresso neste item.

**Procedimentos a serem aplicados trimestralmente:**

I - Para a amostra selecionada, iremos inspecionar os instrumentos de formalização de cobrança/negociação, de acordo com cada tipo de ativo, a ser disponibilizado pelo Agente de Cobrança. A referida inspeção será efetuada no Custodiante ou em local a ser indicado pelo Custodiante, que nunca será no endereço do Cedente.

II - Na ausência de instrumento de formalização mencionado no item I acima, será inspecionado o contrato de empréstimo, contrato de financiamento de veículo, fatura de cartão de crédito, etc., bem como da documentação acessória conforme aplicável. A referida inspeção será efetuada no Custodiante ou em local a ser indicado pelo Custodiante, que nunca será no endereço do Cedente.

III. Caso após a conclusão da verificação de cada trimestre forem identificadas pendências de documentos comprobatórios, estas serão avaliadas se caberá recurso de recompra pelo Cedente, conforme estipulado no respectivo Contrato de Cessão e, se forem passíveis de Recompra serão acompanhados até que haja sua liquidação financeira e/ou conclusão, e no mínimo pelo valor de aquisição pago pelo Fundo, corrigido, quando for o caso. Caso não haja possibilidade de Recompra, de acordo com a avaliação do Agente de Cobrança, estes itens pendentes serão igualmente marcados de forma sistemática pelo Agente de Cobrança como Direitos Creditórios dedutores da base integral de contratos das respectivas Carteiras anteriormente selecionadas, através da identificação “Markdown MTM”, excluindo-as das seleções de verificação de lastro futuras.

**DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE SOCIAL DO FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II**

**O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II**, inscrito no CNPJ nº 29.292.312/0001-06 (“Fundo”), por meio deste ato **DECLARA**, para todos os fins de fato e de direito, que a partir do dia **03 de julho de 2023**, considerando que seu novo administrador passa a ser a FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.673.855/0001-25, passa a ser a nova sede social do Fundo para o recebimento de citações, intimações, notificações, dentre outros, localizada na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04543-120.

**Em vigor a partir do dia 03 de julho de 2023.**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II**

*(documento assinado digitalmente)*



## Declaração Alt Endereço FIDC NPL2

Código do documento 1cb8570d-959b-4445-b5f7-a71de7f87d47



### Assinaturas



Marcel André da Silva Rheinboldt  
 mrheinboldt@gruporecovery.com  
 Aprovou



ARIANA RENATA PAVAN:32129958826  
 Certificado Digital  
 apavan@framcapital.com  
 Assinou



PEDRO CARLOS BATISTA JOURDAN FILHO:04293856765  
 Certificado Digital  
 pjourdan@framcapital.com  
 Assinou

### Eventos do documento

#### 02 Jul 2023, 21:53:52

Documento 1cb8570d-959b-4445-b5f7-a71de7f87d47 **criado** por MARCEL ANDRÉ DA SILVA RHEINBOLDT (37cb39a2-723f-4a74-bdff-a8ec4d06913d). Email:mrheinboldt@gruporecovery.com. - DATE\_ATOM: 2023-07-02T21:53:52-03:00

#### 02 Jul 2023, 21:56:17

Assinaturas **iniciadas** por MARCEL ANDRÉ DA SILVA RHEINBOLDT (37cb39a2-723f-4a74-bdff-a8ec4d06913d). Email: mrheinboldt@gruporecovery.com. - DATE\_ATOM: 2023-07-02T21:56:17-03:00

#### 03 Jul 2023, 01:03:06

MARCEL ANDRÉ DA SILVA RHEINBOLDT **Aprovou** (37cb39a2-723f-4a74-bdff-a8ec4d06913d) - Email: mrheinboldt@gruporecovery.com - IP: 191.181.57.10, 163.116.224.115 ( porta: 25666 ) - Documento de identificação informado: 377.450.608-69 - DATE\_ATOM: 2023-07-03T01:03:06-03:00

#### 03 Jul 2023, 10:54:49

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - ARIANA RENATA PAVAN:32129958826 **Assinou** Email: apavan@framcapital.com. IP: 179.209.143.163 (b3d18fa3.virtua.com.br porta: 44826). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=ARIANA RENATA PAVAN:32129958826. - DATE\_ATOM: 2023-07-03T10:54:49-03:00

#### 03 Jul 2023, 11:30:57

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - PEDRO CARLOS BATISTA JOURDAN



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinaturas gerado em 03 de July de 2023, 12:04:27



FILHO:04293856765 **Assinou** Email: pjourdan@framcapital.com. IP: 179.218.8.162 (b3da08a2.virtua.com.br porta: 31764). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=PEDRO CARLOS BATISTA JOURDAN FILHO:04293856765. - DATE\_ATOM: 2023-07-03T11:30:57-03:00

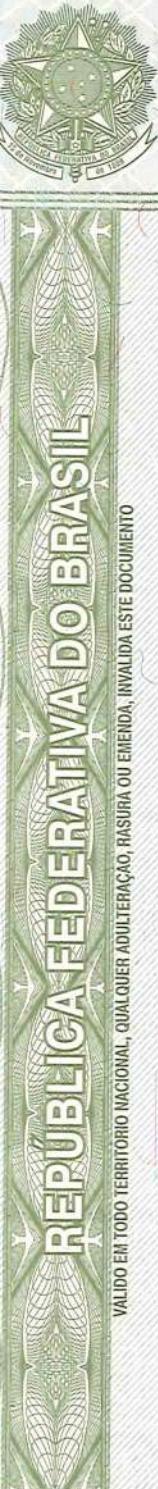
---

#### Hash do documento original

(SHA256):97914423006aea41d4987abf011784a6871ef4a80504fa809c21f1604c749257  
(SHA512):2cca35c0769d4819e404a7c0d57a2961913d2fd2c9d20d4eb6fdb69d9dd372394a4c96075e44f16516c5c51ab5a23eab97f19b8c12eb307dc3d99f0061fd3729

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**



**20º cartório  
Itaim Bibi**

**20º TABELIÃO DE NOTAS ITAIM BIBI  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO  
ANDRE RIBEIRO JEREMIAS**



**1º Traslado - Livro 1842 - Páginas: 005/011**

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL II**

**SAIBAM** quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos 19 (dezenove) dias do mês de JULHO, do ano de dois mil e vinte e três (2.023), nesta Cidade de São Paulo, na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha nº 153 – 4º andar, onde eu escrevente, a chamado vim, compareceu como Outorgante: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL II**, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 29.292.312/0001-06 ("Fundo"), devidamente disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2011, do CMN, pela instrução CVM Nº 356 de 17 de dezembro de 2011, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, neste ato representado nos termos do seu Regulamento datado de 03 de julho de 2023, do qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 05.07.2023.278.2; neste ato, representado por sua Administradora: **FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede e foro nesta Capital, situada na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.673.855/0001-25, com seu Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2022, registrada na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 452.273/22-5, em 01/09/2022, do qual cópia fica arquivado nestas notas sob nº 05.07.2023.278.3; neste ato, de acordo com o Artigo 11º - parágrafo primeiro de seu estatuto social, representada por seus Diretores: **Ariana Renata Pavan**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 44.863.800-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob nº 321.299.588-26 e **Pedro Carlos Batista Jourdan Filho**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, portador da cédula de identidade RG nº 21.323.232-5 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 042.938.567-65, ambos com escritório profissional na sede da Administradora do Fundo; a primeira eleita através da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2022, acima mencionada e o segundo, através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/09/2022, registrada na JUCESP sob nº 645.196/22-8, em 04/11/2022, da qual cópia fica arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social, acima mencionado; que declararam, ainda, sob as penas da lei, que não existe nenhuma outra alteração do Instrumento Constitutivo da Administradora, posterior ao seus atos societários acima mencionados; reconhecidos como os próprios de que trato, pelo exame dos documentos apresentados, do que dou Fé. E aí, pela referida Outorgante na forma acima representada, me foi dito que, por este Público Instrumento e na melhor forma de direito nomeia e





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

constitui como sua bastante procuradora: **RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Paulista, nº 1.294, 18º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.032.035/0001-26, na qualidade de Agente de Cobrança do **Fundo**; a quem confere poderes para atuar em nome do **Fundo** para: **(A)** abrir conta corrente bancária (conta arrecadadora) em nome do **Fundo**, tal conta deverá ter convênio de cobrança dos Direitos Creditórios do **Fundo**, confiados à Agente de Cobrança respectiva cobrança; **(B) Atos atinentes ao Serviço dos Créditos:** praticar todos os atos de qualquer natureza, relacionados à gestão dos créditos e dos bens correlatos, bem como tomar as providências atinentes à cobrança, administração, manutenção, defesa, custódia de registros e contratos de empréstimo, serviço e gestão de cobranças, realizar apresentações à Administradora, responder às notificações endereçadas à Sede da Administradora e por ela redirecionadas ao Agente de Cobrança, assinar cartas propostas e de ofertas em processos competitivos ou particulares, assinar Contratos de Cessões de Créditos na qualidade de Cedente ou Cessionário, atender a qualquer espécie de solicitação de informações apresentada pela Administradora ao Agente de Cobrança, solicitar informações de qualquer natureza à Administradora em nome do Agente de Cobrança e solicitar documentação à Administradora. No que tange os Créditos, será permitido ao Agente de Cobrança: **(i)** promover a cobrança, liquidação, dar quitação, transigir, negociar cláusulas e condições de acordos de pagamento dos Créditos ou confissões ou assunções de dívidas assinadas por Devedores, e receber numerário em nome do **Fundo** e exclusivamente para crédito em conta do **Fundo**, correspondentes aos Créditos, sob a forma de pagamento do principal, juros remuneratórios ou moratórios, taxas pelos tomadores, além de firmar recibos de quitação integral ou parcial, formalizar e entregar termos de quitação e demais documentos públicos ou privados no que for conveniente e/ou necessário para os fins e propósitos aqui previstos; **(ii)** determinar o ajuizado de processos judiciais ou adotar procedimentos extrajudiciais para a cobrança, renegociação, recuperação ou repactuação de qualquer Direito Creditório, recusar esquemas de pagamento, reduções de dívida, transigências ou suspensões, renunciar à cobrança de juros moratórios devidos ou a incidir, e negociar, elaborar e firmar, por conta e ordem do **Fundo**, quaisquer termos ou documentos que venham a ser necessários para levar a efeito quaisquer modificações necessárias aos documentos que instrumentalizam os Créditos, assim como cobrar as comissões de repactuação; **(iii)** formalizar termos de cessão de empréstimos garantidos por bens, inclusive imóveis, mas não se limitando aos termos descritos acima, podendo assiná-los, formalizá-los e registrá-los a respectiva cessão no cartório pertinente, desde que o Fundo e a Administradora sejam com comunicados com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, solicitar a substituição de Renegociação submetidas por escritórios de advocacia ou Advogados responsáveis pela condução de processos judiciais ou extrajudiciais envolvendo os créditos; **(iv)** praticar quaisquer atos e feitos necessários com relação às garantias prestadas para créditos, inclusive nas hipóteses de dação em pagamento, entrega amigável





**2º cartório  
Itaim Bibi**

**20º TABELIÃO DE NOTAS ITAIM BIBI  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO  
ANDRE RIBEIRO JEREMIAS**



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TIS/20709207006.

**1º Traslado - Livro 1842 - Páginas: 005/011**

aquisição de posse e titularidade para uso, alienação ou adjudicação, em leilão judicial ou hasta pública de bens móveis ou imóveis dados em garantia, bem como negociar, assinar e formalizar todos os documentos públicos ou privados que venham ser necessários para levar a pleno efeito a transferência de bens móveis ou imóveis em nome do **Fundo**, além de praticar todos os atos necessários para preservação e alienação de bens móveis ou imóveis, bem como tomar todas e quaisquer providências atinentes à correta administração dos bens móveis imóveis assim adquiridos, o que inclui a conferência de bens móveis ou imóveis adquirentes, ou, ainda, por intermédio de uma venda privada de bens móveis ou imóveis adquiridos; além de exigir garantias ou depósitos, cancelar direitos sobre bens ou quaisquer outros títulos, e, ainda, recolher impostos encargos e ouros lançamentos devidos; **(v)** nomear procuradores, contratar agências de cobrança ou terceiros especializados na cobrança de empréstimos, corretores, consultores tributários e contábeis, além de apresentar instruções e orientações a advogados, escritórios de advocacia, agências de cobrança responsáveis pela cobrança, para tanto apresentando as diretrizes de gestão e serviços de cobrança dos créditos, diretrizes para renegociação de créditos, reduções do valor da dívida, suspensões, esquemas de pagamento e quaisquer outros métodos de pagamento permitidos aos tomadores, diretrizes para aquisição de bens oferecidos como pagamento, diretrizes administrativas e quaisquer outras orientações que o Agente de Cobrança entender necessárias, sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo **Fundo** e/ou pela Administradora; **(vi)** solicitar, a qualquer tempo, relatórios, documentos e outras informações de qualquer natureza; **(viii)** supervisionar e auditar as entidades descritas no item v acima; **C) Atos perante as Autoridades Judiciais:** nomear e constituir advogados devidamente habilitados, outorgando-os e conferindo-os os mais amplos e gerais poderes, incluindo aqueles decorrentes da cláusula "ad judicia", para **(I)** manifestar-se de todas as formas possíveis nos autos representando o **Fundo**, com o propósito de promover a notificação ou citação, por atos públicos e privados ou a qualquer título, de tomadores, seus garantidores, avalista ou terceiros que garantam sob qualquer forma os pagamentos exigíveis em relação aos créditos, assim como de seguradoras e quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas, relativamente à cessão da carteira de créditos sob administração da Agente de Cobrança; **(ii)** celebrar, comparecer e observar, até sua integral conclusão, os atos e feitos em todas as instâncias judiciais e que possam envolver os créditos e suas respectivas garantias reais ou fidejussórias ("Garantias"). No âmbito de tudo o quanto indicado acima, o Agente de Cobrança fica desde já investido dos poderes necessários para instituir, comparecer e recorrer às últimas instâncias todos os processos judiciais em que o Outorgado, na qualidade de Agente de Cobrança do Outorgante, for parte legítima, ativa ou passivamente, ou como terceiro interessado, perante qualquer tribunal ou jurisdição competente e em toda a República Federativa do Brasil.





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**

Brasil, investindo assim o Agente de Cobrança dos poderes necessários para praticar todos os Atos do processo, como receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, comparecer em juízo com termos, escrituras, títulos e documentos de qualquer natureza; contestar, rejeitar ou reconhecer a competência jurisdicional em qualquer caso; instituir ou apresentar contestação a processos de qualquer natureza; comparecer em audiências e responder interpelações; apresentar reconvenção; apresentar sustentações orais e comparecer a perícias de documentos e assinaturas, ou à produção de laudos periciais; abster-se em atos ou processos de exceção; absorver e apresentar manifestações; indicar pessoas para comparecer em interrogatórios, apresentar testemunhas e produzir quaisquer tipo de prova ou evidência; solicitar prazos regulares e extraordinários, ou eventuais dilações; instituir ou renunciar recursos ou apelações em esfera judicial ou administrativa, ou mesmo a direitos adquiridos em virtude de caducidade ou por qualquer outro motivo, assim como contestar eventual prescrição e interromper o prazo prescricional; executir ou promover a execução judicial ou extrajudicial das Garantias; cobrar, executar, renegociar termos e condições, liquidar, acordar, transigir, observar, receber, dar quitação, firmar compromissos e quaisquer termos e preparar ou solicitar estimativas de honorários; impugnar propostas e laudos e solicitar suas anulações; realizar ou concluir acordos, prestar e solicitar juramento, nomear agentes de cobrança assim como os gestores dos ativos do **Fundo**, avaliadores, consultores jurídicos, leiloeiros, tabeliães e peritos de qualquer espécie, aceitar ou rejeitar consignações, conceder reduções e suspensões, e aceitar termos e condições; apresentar contestações, réplicas ou defesas de qualquer espécie, inclusive no que tange à prescrição; outorgar procurações ad judicia (com poderes de representação em ações judiciais) contestar ou alegar nulidades; comparecer a audiências ou oitivas; solicitar a expedição de ofícios judiciais, cartas rogatórias, mandados, interpelações e citação, assim como realizar diligências, instituir ou exigir medidas conservatórias de direito, testemunhos, registros, a remoção de documentos e observações de determinados registros; exigir a devolução de importâncias depositadas em caução; instituir processos falimentares e participar de assembleias ordinárias ou extraordinárias de tomadores, assim como comparecer a assembleias de credores em processos de qualquer natureza; acatar, ratificar ou impugnar acordos entre devedores e credores, laudos ou transferências de bens, e quaisquer outros acordos ou entendimentos judiciais ou extrajudiciais; averiguar, questionar ou ressalvar empréstimos e seus direitos de preferência; solicitar a revisão de eventual decisão que torne os Créditos admissíveis ou inadmissíveis; promover ações contra eventual deliberação que declare os Créditos apurados; participar de comitês de credores; comparecer a assembleias de credores e audiências de instrução; apresentar ressalvar ao relatório geral do administrador judicial; contestar os planos de recuperação de devedores, solicitar a declaração de nulidade do plano de recuperação homologado; buscar medidas liminares, nomear liquidantes e comitês de inspeção; integrar associações sem personalidade jurídica.





**20º TABELIÃO DE NOTAS ITAIM BIBI  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO  
ANDRE RIBEIRO JEREMIAS**

**1º Traslado - Livro 1842 - Páginas: 005/011**

03/09/2024

jurídica distante que tiverem sido organizadas para promover a liquidação dos bens do devedor, solicitar a venda ou o leilão desses ativos, ou solicitar a reintegração de posse de ativos dos devedores; aceitar a nomeação dos administradores judiciais, supervisores ou liquidantes, aceitar, rejeitar ou renovar acordas havidos entre credores e devedores, termos de adjudicação de bens e outras convenções; buscar medidas cautelares de qualquer natureza, medidas liminares, de rito sumário, ou penhoras, bem como seu cancelamento; solicitar desapropriação ou reintegração de posse, a penhora de vens e a prática de atos nesse sentido, bem como buscar medidas conservatórias de direito e a verificação de registros; receber pagamentos de valores devidos com relação ao Créditos; buscar indenizações e a defesa de interesses, impugnar ou interromper prescrições; produzir provas e informações de qualquer natureza; exigir ou renunciar a recursos legais; promover a expedição de cartas rogatórias, ações de rito sumário, mandados, intimações e citações; tomar posse de bens; solicitar segunda via ou traslado de escrituras públicas em que o agente possua interesse no exercício de tal atribuição; receber quaisquer valores, em dinheiro ou espécie, relativamente ao mandato, expedindo e solicitando os correspondentes recibos de pagamento, outorgar e assinar instrumentos públicos ou privados, conforme aplicável; comparecer e participar de reuniões e de audiências: **D) Seguros:** contratar apólices de seguro em benefício do **Fundo** para os bens imóveis, seguros de vida, danos patrimoniais, seguros contra incêndio, e quaisquer outras apólices que cubram outros riscos, pagar os prêmios correspondentes, cancelar ou renovar apólices que cubram riscos, declarar a ocorrência de sinistros, receber o pagamento de indenizações e praticar todos os atos necessários para o recebimento de indenizações, exercer todos os direitos previstos em cada uma das apólices, apresentar pedidos de indenização perante as seguradoras, iniciar ações e submeter solicitações, sempre em benefício do **Fundo**. **E) Atos perante as Autoridades Administrativas:** **(i)** realizar apresentações de qualquer espécie, e participar de mediações perante qualquer órgão ou autoridade governamental, ou autarquia, em instância municipal, estadual ou federal; **(ii)** instituir qualquer espécie de procedimento perante os registros de imóveis, cartórios de títulos e documentos, cartórios de protesto de títulos, autoridades ou órgãos de trânsito, ou, ainda, perante quaisquer outros cartórios de registro público ou privado, relativamente ao registro ou averbação de hipotecas de segundo grau, penhores, alienação fiduciária e outras garantias prestadas com relação aos Créditos, sempre que necessário, assim como promover o registro da cessão de titularidade sobre os bens móveis ou imóveis em favor do **Fundo**, sempre que tais bens tiverem sido dados em pagamento, em entrega amigável, ou garantia dos Créditos, com poderes para apresentar termos escritos, títulos, escrituras e outros documentos de qualquer espécie, manifestar-se em audiências e produzir quaisquer outras informações que possam vir a ser exigidas, preencher formulários, produzir provas e praticar quaisquer atos para





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de São Paulo**



tanto legitimamente necessários; **(iii)** realizar todas as espécies de procedimentos perante quaisquer registros de imóveis, cartórios de títulos e documentos, cartórios de protestos de títulos, autoridades ou órgãos de trânsito, visando à desconstituição de hipotecas, penhores, alienação fiduciária e outras garantias prestadas com relação aos Créditos, sempre que o crédito ou créditos em pauta tenham sido pagos ou de qualquer forma cancelados, com poderes para apresentar solicitações escritas, títulos, escrituras e outros documentos de qualquer espécie, manifestar-se em audiências e produzir quaisquer outras informações que possam vir a ser exigidas, preencher formulários, produzir provas e praticar quaisquer atos para tanto legitimamente necessários; **(iv)** dar andamento a processos de qualquer espécie, desde o início até o final, perante todas e quaisquer autoridades administrativas competentes em instância municipal, estadual ou federal, perante quaisquer cartórios de registros de imóveis, cartórios de títulos e documentos, cartórios de protesto de títulos, autoridades ou órgãos de trânsito, em qualquer jurisdição do país ou perante quaisquer outros cartórios de registro público ou entes de direito privado relacionados aos Créditos e suas garantias, com poderes para apresentar solicitações escritas, títulos, escrituras e outros documentos de qualquer espécie, manifestar-se em audiências e produzir quaisquer outras informações que possam vir a ser exigidas no intuito de formalizar a cessão dos créditos em favor do **Fundo**, desconstituir hipotecas, penhores, alienação fiduciária ou garantias, promover o registro de hipotecas, penhores ou garantias de primeiro e segundo grau, ou para quaisquer outros propósitos; A Agente de Cobrança fica neste investido dos poderes para intervir na prática de ações e na assinatura de instrumentos públicos e/ou privados que possam a vir a ser necessários para instrumentalizar ou formalizar todas as providências atinentes ao Serviço de Cobrança; e **(V)** amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad judicia et extra", para propor ações e acompanhar os recursos legais competentes, podendo, para tanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, ofertar defesa direta ou indireta, interpor recursos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza.

**F) Demais Poderes:** **(i)** Endossar, sem garantia e sem direito de regresso, em nome do Outorgante, todos os documentos que instrumentalizam os Créditos, no intuito de formalizar a cessão dos bens em favor do Outorgante, o que inclui, entre outros, notas promissórias, contratos de penhor, warrants, apólices de seguro e quaisquer outros documentos passíveis de transferência por endosso; **(ii)** efetuar alterações extrajudiciais de qualquer natureza nos créditos cedidos, seus garantidores, avalistas ou terceiros que garantam, sob qualquer forma, os pagamentos a serem realizados em relação aos Créditos, seguradoras, ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas competentes; **(iii)** participar da formalização de atos jurídicos e/ou intimações, comunicações e, ainda, da outorga e assinatura de instrumentos públicos ou privados que venham a ser considerados necessários para instrumentalizar ou formalizar todos os atos e feitos relacionados à cessão dos Direitos de Créditos cedidos ao Outorgante; **(iv)** promover processos extrajudiciais no intuito de cobrar o pagamento de Créditos e assinar esquemas, propostas ou acordos



20º TABELIÃO DE NOTAS ITAIM BIBI  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO  
ANDRE RIBEIRO JEREMIAS



1º Traslado - Livro 1842 - Páginas: 005/011

pagamento de qualquer natureza, sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Outorgante ou pelo Administrador; e (v) regularizar e/ou registrar e/ou baixar gravames sobre e/ou transferência ou recebimento de bens móveis ou imóveis perante os Cartórios correspondentes e Detran; solicitar a emissão de matrículas, inclusive para fins de transmissão de imóveis; e (vi) dar quitação a débitos integralmente pagos. Os poderes outorgados ao Agente de Cobrança permanecerão válidos caso o **FUNDO** resolva transferir parte ou totalidade de sua carteira para terceiro por ele indicado e venha instruir o Agente de Cobrança a praticar os atos necessários. O **FUNDO** e a **ADMINISTRADORA** ratificam que os poderes outorgados no presente instrumento entraram em vigor em 03 (três) de julho de dois mil e vinte e três (2.023), convalidando todos os atos praticados desde a referida data. **SUBSTABELECIMENTO:** Sempre com reserva de iguais poderes, no todo ou em parte. **O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VALIDADE POR DOIS (02) ANOS A CONTAR DA LAVRATURA.** Oficial/Tabelião: R\$348,54; Estado: R\$99,06; Secretaria da Fazenda: R\$67,78; Ministério Público: R\$16,72; Registro Civil: R\$18,34; Tribunal de Justiça: R\$23,92; Santa Casa: R\$3,48; Município ISS: R\$7,44; Total: R\$585,28. De tudo dou fé. Eu (**JOSE ROBERTO PAULO**), Escrevente, lavrei. Eu (**LUCIANE DA SILVA OLIVEIRA**), Substituto legal do Tabelião, subscrovo e assino. Subscrito pelas partes acima mencionadas. Eu, **Luciane Oliveira** (**LUCIANE DA SILVA OLIVEIRA**), substituto legal do tabelião, conferi e subscrevi, dou fé e assino em público e raso este traslado, que é cópia fiel da original lançados.

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade

Selo digital nº:1122841TR000688700000123E



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADISETRAÇÃO, FASURA OU ENDEIA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

## 11º TABELIÃO DE NOTAS

São Paulo - SP

COMARCA DE SÃO PAULO

PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ

fls. 122



LIVRO 6057 FOLHAS 145

PROCURAÇÃO COM REVOGAÇÃO QUE FAZ: **RECOVERY DO  
BRASIL CONSULTORIA S.A.**

S A I B A M quantos virem que aos **treze (13)** dias do mês de **setembro** do ano de **2023 (dois mil e vinte e três)**, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, na Av. Paulista, nº 1.294, 18º andar, onde a chamado vim, em diligência e, perante mim escrevente, compareceu como **OUTORGANTE: RECOVERY DO  
BRASIL CONSULTORIA S.A.**, sociedade anônima, com sede e foro nesta capital, na Av. Paulista, nº 1.294, 18º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, inscrita no CNPJ sob nº. 05.032.035/0001-26, com seu Estatuto Social consolidado através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28/04/2023, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº. 172.930/23-6 em sessão de 05.05.2023, juntamente com a certidão simplificada datada de 04/08/2023, que ficam arquivados nestas Notas sob nº 31270, pasta 529, neste ato representado de conformidade com o artigo 10, do citado Estatuto Social, por seus Diretor Presidente, o Sr. **WAGNER BETTINI SANCHES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.840.246-9 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 114.032.758-58 e pelo Diretor, Sr. **RENATO GNECCO AVELAR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.423.489-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 291.189.978-48, ambos com endereço comercial no mesmo da outorgante, eleitos através da Ata já mencionada acima, aqui arquivada sob o número supra, os quais declaram, sob as penas da lei, que se mantém nessa qualidade, com os mesmos poderes elencados no Estatuto Social.. Os presentes reconhecidos como os próprios de que trato, nos termos dos documentos supra mencionados, ora exibidos do que dou fé. E, pelo referido **OUTORGANTE**.

União Internacional  
da Notariado Latino  
(Fundada em 1948)



10972602116515.000576350-4

R Domingos De Morais 1062 \*\*\*\*\* VI Mariana  
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-56



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TLSM24070920766, para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/pastadigital/pgabrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0809090-86.2024.8.12.0021 e código kdgxmGt. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/pastadigital/pgabrirConferenciaDocumento.do>.


**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
**Estado de São Paulo**


11º BE  
 SÃO PAULO  
 Paulo Augusto Rodn  
 Taubaté  
 Everaldo Cruz L  
 Ricardo de Medeiros  
 Substitutos

através de seus representantes, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus **PROCURADOES: SUELLEN NOGUEIRA VENTURA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 359.609 e CPF/ME sob o nº 410.152.548-02; **LUCAS LAMBERTI CIRELLO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 362.289 e CPF/ME sob o nº 417.714.888-16; **THAISA PALMA MOREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 380.587 e CPF sob o nº 382.036.478-12; **CAROLINA VIEIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 407.872 e CPF/ME sob o nº 423.985.998-09; **MARCEL ANDRÉ DA SILVA RHEINBOLDT**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 454.302 e CPF/ME sob o nº 377.450.608-69; **SAMANTA BELBICHÔ SALOMÃO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 413.539 e CPF/ME sob o nº CPF/ME 398.836.928-46; **PATRÍCIA BERTOLIN ABRAHÃO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 263.186, CPF/ME sob o nº 310.489.328-42; **KELLY NERIS DOS SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 492.064 e CPF/ME sob o nº 363.213.138-40; e **JOÃO SÉRGIO DOS REIS JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 380.973 e CPF/ME sob o nº 347.271.458-12, todos com endereço comercial no mesmo da outorgante; a quem confere amplos e gerais poderes para o fim específico de representar a Outorgante em quaisquer atos relativos à cobrança, manutenção, administração, defesa e recebimento dos Direitos de Créditos e das suas respectivas garantias reais e fidejussórias (“Garantias”), bem como atuar em todos os interesses da Outorgante, podendo, para tanto, sempre na assinatura conjunta de 02 (dois) procuradores: **i)** usar dos poderes da cláusula “ad judicia” para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor ações



**11º TABELIÃO DE NOTAS**  
São Paulo - SP  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ**



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, protocolado em 03/12/2024 às 12:01, sob o número TLSW2407092076, para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/pastadigital/pgabrinConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0809090-86.2024.8.12.0021 e código kdgxMgT.

contra quem de direito, as ações competentes e defendê-la nas contrárias, apresentar defesas e recursos, impetrar medidas preventivas ou assecuratórias, conferindo-lhe ainda poderes especiais para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromissos e acordos, transigir, desistir, renunciar direitos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele; **ii)** representar a Outorgante perante os devedores dos Direitos Creditórios, podendo cobrar (judicial ou extrajudicialmente) receber o valor dos Direitos Creditórios, dar quitação, transigir, conceder descontos e parcelamento de débitos, negociar cláusulas e condições de acordos para recebimento dos Direitos de Créditos, negociar confissão e/ou assunção de dívidas pelos devedores ou terceiros, negociar cessão do Direito de Crédito para fins de recebimento, podendo assinar os documentos e/ou contratos necessários para esses fins; **iii)** executar ou promover a execução de judicial ou extrajudicial de qualquer garantia real ou fidejussória que esteja garantindo ou assegurando qualquer Direito de Crédito, cobrar, executar, renegociar termos e condições, liquidar, transigir, receber e dar quitação; **iv)** usar dos poderes da cláusula “ad judicia” para defender a Outorgante em ações cíveis na justiça comum, no juizado especial cível e criminal, bem como nas Reclamações Trabalhistas, em qualquer juízo, instância ou tribunal e nas justiça federal, em qualquer juízo, instância ou tribunal ou nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, órgãos de proteção de dados, em qualquer juízo, instância ou tribunal, inclusive, os poderes para firmar acordos, transigir, desistir, renunciar direitos, receber e dar quitação, firmar compromissos, efetuar levantamento de depósitos judiciais e alvarás e quaisquer termos; **v)** contratar advogados e/ou sociedades de advogados para prestar serviços à Outorgante, incluindo aqueles relacionados à cobrança judicial de devedores dos direitos de créditos, bem como para representar a Outorgante no foro em Geral, em



10972602116515 000576351-2

R Domingos De Morais 1062 \*\*\*\*\* VI Mariana - São Paulo - SP  
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

fls. 125  
11º SALA  
SANTO AMARO  
Paulo Augusto do Rosário  
Silviano  
Everaldo Cruzeiro  
Ricardo de Medeiros  
Instituto

reclamações, sejam estas ações cíveis (justiça comum), no juizado especial cível (JEC), reclamações trabalhistas ou justiça federal, nos órgãos de proteção de dados (ANPD) ou nos órgãos de proteção e defesa do consumidor (PROCON, PACET, etc.); **vi)** substabelecer os poderes “ad judicia” aos advogados e/ou revogar poderes já concedidos aos mesmos; **vii)** Nomear ou atuar como prepostos para ações judiciais de cobrança de devedores dos Direitos de Crédito, bem como em ações cíveis (justiça comum), no juizado especial cível (JEC), reclamações trabalhistas ou justiça federal, nos órgãos de proteção de dados (ANPD) ou nos órgãos de proteção e defesa do consumidor (PROCON, PACET, etc.), e **viii)** representar a Outorgante perante a Junta Comercial do Estado, Receita Federal do Brasil (RFB), Banco Central, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal e demais instituições públicas municipais, estaduais e federais, podendo efetuar cadastramento/inscrição e alteração, solicitar, assinar e retirar certidões, ter acesso a processos administrativos, alvará de funcionamento, levantamento e verificação de débitos, prestar informações e declarações, solicitar informações, retificar informações e declarações, enfim praticar todos os demais atos necessários para o bom e fiel desempenho do presente mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DESTA DATA, podendo ser substabelecida.**

**REVOGAÇÃO:** O presente instrumento revoga a procuração lavrada anteriormente nestas notas aos oito (08) dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), transscrito no livro nº 5828, às folhas 193, ficando a cargo da Outorgante, a notificação aos referidos procuradores desta sua resolução. - Todos os dados dos procuradores foram fornecidos pelos representantes da outorgante a qual se responsabilizam por sua exatidão. De como assim o disseram, do que dou fé, lavrei este instrumento que lido em voz alta, foi achado em tudo conforme, aceitam, outorgam e



**11º TABELIÃO DE NOTAS**  
São Paulo - SP  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ**

assinam, do que dou fé. Emolumentos: Ao Tabelião R\$ 697,08 // Ao Estado R\$ 198,12 // À Secretaria da Fazenda R\$ 135,56 // Ao Fundo do Registro Civil R\$ 36,68 // Ao Tribunal de Justiça R\$ 47,84 // À Santa Casa R\$ 6,96 // Ao Ministério Público R\$ 33,44 // Ao Município R\$ 14,88 // Total Escritura R\$ 1.170,56.- Nada Mais. Eu, Valter Baratti Junior, escrevente habilitado, a lavrei. Eu, Ricardo de Medeiros Vigário, Substituto, a subscrevo, **(a.)** // **WAGNER BETTINI SANCHES** // **RENATO GNECCO AVELAR** ///. Trasladada em seguida. Eu, Ricardo de Medeiros Vigário, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO \_\_\_\_\_

DA VERDADE

Código do Selo Digital: 1144541PR000190044001P23I	R\$ 585,28
---	------------

Código do Selo Digital: 1144541ES000190044001A23Z	R\$ 585,28
---	------------



Código do Selo Digital: 1144541PR000190044001P23I	R\$ 585,28
---	------------

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <a href="https://selodigital.tjsp.jus.br">https://selodigital.tjsp.jus.br</a>
--



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO, FALSURA OU ENDEIA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

União International  
do Notariado Latino  
(fundada em 1948)



10972602116515.000576352-0

R Domingos De Moraes 1062 \*\*\*\*\* VI Mariana - São Paulo - SP  
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de São Paulo

EMBRANCO

EMBRANCO

EMBRANCO

## SUBSTABELECIMENTO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II,** estabelecido na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.292.312/0001-06, representado por **RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.A.**, com sede na Avenida Paulista, 1294, 18º andar, São Paulo – SP, CEP 01310-100 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.032.035/0001-26, representada por **SUELLEN NOGUEIRA VENTURA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 359.609, CPF/MF 410.152.548-02; **LUCAS LAMBERTI CIRELLO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 362.289 e CPF/MF nº 417.714.888-16; **THAÍSA PALMA MOREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 380.587, CPF/MF sob nº 382.036.478-12, **CAROLINA VIEIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 407.872, CPF/MF sob nº 423.985.998-09; **MARCEL ANDRÉ DA SILVA RHEINBOLDT**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 454.302, CPF/MF sob nº 377.450.608-69, **PATRÍCIA BERTOLIN ABRAHÃO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 263.186, CPF/ME sob nº 310.489-328-42, **KELLY NERIS DOS SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 492.064 e CPF/ME sob nº 363.213.138-40; e **JOÃO SÉRGIO DOS REIS JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 380.973 e CPF/ME sob nº 347.271.458-12, todos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1294 – 18º andar - Bela Vista, CEP: 01310-100, substabelecem com reserva de idênticos poderes, ao **DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA**, brasileiro, inscrito na OAB/MS sob o nº 6.835 e no CPF/MF sob o nº 568.962.041-68; **PAULO ROBERTO CANHETE DINIZ**, brasileiro, inscrito na OAB/MS sob o nº 11.235 e no CPF/MF sob o nº 972.637.371-97, integrante da sociedade de advogados **MASCARENHAS BARBOSA ADVOGADOS**, inscrito na OAB/MS nº 10.899, inscrita no CNPJ sob o nº 03.471.033/0001-08, com sede no Estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, na Rua Alagoas, nº 365, no Bairro Jardim dos Estados, CEP 79020-120, com a finalidade de representá-lo em juízo, bem como praticar todos os atos decorrentes da cláusula “*ad judicia*”, ressalvado que o levantamento de alvarás judiciais deverá ser realizado nas contas de titularidade da outorgante, exceto os valores de honorários sucumbenciais, que deverão ser realizados na conta do patrono do outorgante.

São Paulo, 20 de maio de 2024



**Lucas Lamberti Cirello**  
OAB/SP nº 362.289



**Thaís Palma Moreira**  
OAB/SP nº 380.587



### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0469/2024, encaminhada para publicação.

Advogado  
Tânia Cristina Xisto Timoteo (OAB 30863/GO)

Forma  
D.J

Teor do ato: "Sessão de Conciliação - Art. 334 CPC/2015 Data: 24/03/2025 Hora 14:20 Local: Sala CEJUSC Situação: Pendente/// VIDE FL. 38/39."

Três Lagoas, 11 de dezembro de 2024.



### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0469/2024, foi publicada no Diário da Justiça nº 5545, do dia 12/12/2024, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado  
Tânia Cristina Xisto Timoteo (OAB 30863/GO)

Teor do ato: "Sessão de Conciliação - Art. 334 CPC/2015 Data: 24/03/2025 Hora 14:20 Local: Sala CEJUSC Situação: Pendente/// VIDE FL. 38/39."

Três Lagoas, 11 de dezembro de 2024.





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
 Comarca de Três Lagoas  
 2ª Vara Cível  
 Central de Processamento Eletrônico

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA**

Três Lagoas (MS), 07 de janeiro de 2025

**Processo nº: 0809090-86.2024.8.12.0021**

**Classe: Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

**Autor: José Ribamar Alves Filho**

**Réu: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii**

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente carta, fica Vossa Senhoria devidamente **citado(a)** da presente ação, bem como **intimado(a)** para comparecer na audiência de Sessão de Conciliação - Art. 334 CPC/2015 designada, acompanhado de advogado ou Defensor Público (arts. 248, §3º, 250, IV, do CPC), dando-lhe conhecimento da **petição inicial e despacho do juiz, que poderá ser acessado através da senha do processo que segue**<sup>1</sup>.

**Audiência: Sessão de Conciliação - Art. 334 CPC/2015, dia 24/03/2025, às 14:20h**, na sala de audiências, sito na Rua: Zuleide Perez Tabox, 1109, Edifício do Fórum Des. Gerval Bernadino de Souza - CEP 79601-100, Fone: (67) 3929-1700, Três Lagoas-MS - E-mail: trl-2vciv@tjms.jus.br. **ACESSO: Informação de acesso a sala de espera virtual do CEJUSC fls. 38/39.**

**Prazo:** O prazo para contestar a ação é de 15 dias úteis contados: a) da audiência supra, caso não haja autocomposição; b) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou mediação apresentado pelo réu (art. 335, I e II, do CPC).

**Advertências:** 1) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC); 2) A audiência não será realizada: a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição (art. 334, §4º, I e II, do CPC); 3) O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 dias de antecedência contados da data da audiência. (art. 334, §5º, do CPC); 4) Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas (art. 341 do CPC); 5) Se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).

**- Senha de Acesso:Senha de acesso da pessoa selecionada**

**Endereço do Autor:** Rua Projetada 2, Lote 02, Jardim Planalto - CEP 79640-572, Três Lagoas-MS.

Eu, Aguinaldo Sebastião Romeiro, Analista Judiciário, digitei.

Atenciosamente,

Thaísa Valério Lopes Vergilato  
 Chefe de Cartório em Subst.  
 (assinado por certificação digital)

Ao(À) Senhor(a) representante legal do Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii  
 Rua Doutor Souza Aranha, 153, Andar 4, Nova Conceição  
 São Paulo-SP  
 CEP 04543-120  
 0809090-86.2024.8.12.0021-000001

<sup>1</sup> Art. 186. A citação será feita preferencialmente pelo correio, por carta registrada com Aviso de Recebimento (AR) – mão própria, instruída com documento contendo uma senha pessoal, que possibilitará o acesso às peças processuais que constituem a contrafaz do Provimento nº 134, de 19 de abril de 2016 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça





Digital

CDIP CWB  
Data: 15/01/2025  
Lote: 6649

Dou ciência dos dados coletados no ato da entrega do objeto, que poderão ser utilizados para fins de comprovação da prestação do serviço.

MSJ

MP

**DESTINATÁRIO:**

Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl II  
Rua Doutor Souza Aranha 153 Andar 4  
Nova Conceição

04543-120 - São Paulo - SP



YQ557844705AA



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Centralizador Regional

**PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)**

**ASSINATURA DO RECEBEDOR**

*Muller Costa*

**NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

TENTATIVAS DE ENTREGA  
9912392114/2016-SE/MS/PR  
TJ/MS

1º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
2º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
3º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



YQ

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR

*ADRIANO NASCIMENTO  
Matr. 8.925.924-6*

DATA DE ENTREGA  
*17/01/25*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE  
*551455330*



1200000021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, liberado nos autos em 2025-01-17 às 08:00:00, referente ao processo 0809090-86.2024.8.1200000021. Confira a validade do documento no site oficial do TJDFT.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO(A) 2VC CIVEL DA  
COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MS**

**PROCESSO:** N°0809090-86.2024.8.12.0021  
**PARTE AUTORA:** JOSE RIBAMAR ALVES FILHO  
**PARTE RÉ:** FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II

**PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO**  
**PRAZO:** SPA  
**RESPONSÁVEL:** NHLL  
**FICHA:** N812745.00

**FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II**, já qualificada nos autos em epígrafe, que lhe é movido por **JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**, neste ato representada por seus procuradores subscritos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a Juntada da carta de preposição que segue anexo.

Por oportuno, requer que todas as audiências sejam realizadas na modalidade virtual, sendo o link direcionado para o endereço [audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br).

Por fim, requer que sejam realizadas as anotações em nome dos novos procuradores e que as publicações sejam expedidas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA, OAB/MS 6835**.

Nesses termos, pede deferimento.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 20 de Março de 2025

**DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA**  
OAB-MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - Salvador - BA

[audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br); [contato@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:contato@mascarenhasbarbosa.com.br)





## CARTA DE PREPOSIÇÃO

Neste ato, , nomeio e constituo como prepostos: **Daniel Nogueira de Carvalho CPF: 067.392.971-00**, pelos poderes que me foram conferidos por **FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II** a representar no Juizado Especial Cível, Procon e Vara Cível, podendo contestar, prestar declarações, transigir, acordar, discordar, receber e dar quitação, recorrer e requerer tudo o que necessário for para desempenho de seu mandato, o que será dado por bem, firme e valioso.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 20 de Março de 2025

  
Denner B. Mascarenhas Barbosa  
OAB/MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - RJ e  
Salvador - BA

audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br; contato@mascarenhasbarbosa.com.br



## SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reservas de iguais, os poderes a mim conferidos por **FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II**, para **Nadir Alcides Oliveira Júnior /MS 24.982** sendo expressamente vedado receber intimação, devendo as publicações e intimações através do órgão oficial, conforme prevê o artigo 236, parágrafo 1º do CPC, serem realizadas exclusivamente em nome do patrono **DR. DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA**, mantendo seu nome na capa dos autos.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 20 de Março de 2025

Denner B. Mascarenhas Barbosa  
OAB/MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - RJ e  
Salvador - BA

audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br; contato@mascarenhasbarbosa.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO(A) 2VC CIVEL DA  
COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MS**

**PROCESSO:** N°0809090-86.2024.8.12.0021  
**PARTE AUTORA:** JOSE RIBAMAR ALVES FILHO  
**PARTE RÉ:** FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II

**PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO**  
**PRAZO:** SPA  
**RESPONSÁVEL:** NHLL  
**FICHA:** N812745.00

**FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II**, já qualificada nos autos em epígrafe, que lhe é movido por **JOSE RIBAMAR ALVES FILHO**, neste ato representada por seus procuradores subscritos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a Juntada da carta de preposição que segue anexo.

Por oportuno, requer que todas as audiências sejam realizadas na modalidade virtual, sendo o link direcionado para o endereço [audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br).

Por fim, requer que sejam realizadas as anotações em nome dos novos procuradores e que as publicações sejam expedidas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA, OAB/MS 6835**.

Nesses termos, pede deferimento.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 21 de Março de 2025

**DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA**  
OAB-MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - Salvador - BA

[audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br); [contato@mascarenhasbarbosa.com.br](mailto:contato@mascarenhasbarbosa.com.br)





## CARTA DE PREPOSIÇÃO

Neste ato, , nomeio e constituo como prepostos: **Daniel Nogueira de Carvalho CPF: 067.392.971-00 , Rafael Góis Silva CPF: 044.718.481-43** , pelos poderes que me foram conferidos por **FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II** a representar no Juizado Especial Cível, Procon e Vara Cível, podendo contestar, prestar declarações, transigir, acordar, discordar, receber e dar quitação, recorrer e requerer tudo o que necessário for para desempenho de seu mandato, o que será dado por bem, firme e valioso.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 21 de Março de 2025

  
Denner B. Mascarenhas Barbosa  
OAB/MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - RJ e  
Salvador - BA

audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br; contato@mascarenhasbarbosa.com.br



## SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reservas de iguais, os poderes a mim conferidos por **FUNDO DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZ. II**, para **Nadir Alcides Oliveira Júnior /MS 24.982** sendo expressamente vedado receber intimação, devendo as publicações e intimações através do órgão oficial, conforme prevê o artigo 236, parágrafo 1º do CPC, serem realizadas exclusivamente em nome do patrono **DR. DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA**, mantendo seu nome na capa dos autos.

**TRÊS LAGOAS - MS**, 21 de Março de 2025

Denner B. Mascarenhas Barbosa  
OAB/MS 6835

Rua Alagoas, 365, Bairro Jardim dos Estados  
Fone/Fax (67) 3041-8888 - CEP 79020-120  
Campo Grande - MS

**Filiais:** Araguaína - TO; Brasília - DF; Cacoal - RO; Cuiabá - MT; Goiânia - GO; Rio de Janeiro - RJ e  
Salvador - BA

audiencias@mascarenhasbarbosa.com.br; contato@mascarenhasbarbosa.com.br



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania -**  
**CEJUSC – Três Lagoas**

**SESSÃO DE CONCILIAÇÃO**

**Autos nº 0809090-86.2024.8.12.0021 - Vara: 2ª Vara Cível**

**Ação nº Procedimento Comum Cível**

**Requerente: José Ribamar Alves Filho**

**Requerido: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii**

Aos 24/03/2025 às 14:20h, no **Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, situado na Rua Zuleide Perez Tabox, 1.109, Centro, fone: 67 | 3929 1709, Três Lagoas-MS, onde presente se encontrava a conciliadora **Ludmilla Caroline Gomes Barbosa** (conciliadora judicial formada) e foi feito o pregão das partes referentes aos autos acima mencionados.

Declarada aberta a Sessão de Conciliação, pela conciliadora, constatou-se a ausência da parte Requerente **José Ribamar Alves Filho**, porem neste ato representado pela advogada, Dra. Tânia Cristina Xisto Timoteo, 30863/GO, bem como a presença da parte Requerida **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl Ii**, representado pela preposto Rafael Góis Silva, 044.718.481-43, acompanhado do advogado, Dr. Nadir Alcides Oliveira Junior, 24.982/MS.

Iniciados os trabalhos, ficam as partes cientificadas de que a audiência é informada pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. Em razão do dever de sigilo, as partes estão também cientes de que os conciliadores, observadores e membros de equipe não podem divulgar ou depor acerca dos fatos ou elementos oriundos da audiência. Apesar de a confidencialidade ser um dos princípios e garantias norteadoras da Conciliação e da Mediação Judicial<sup>1</sup>, as partes e seus respectivos patronos manifestaram expressamente autorização, bem como a responsabilidade pelas informações suscitadas na audiência constante neste termo de assentada.

Na Conciliação realizada nesta data, não foi possível a composição de acordo entre as partes, retornando os autos ao trâmite normal, ficando a parte Requerida ciente de que deverá oferecer Contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do Código de Processo Civil.

Encaminhamento: ao cartório de origem.

Nada mais. Eu, Ludmilla Caroline Gomes Barbosa, Conciliadora Judicial Formada do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – Três Lagoas/MS, subscrevi.

**Deixa-se de colher as assinaturas das partes e de seus procuradores em razão do contido no artigo 9º, parágrafo único do provimento 148/2008 do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Tendo o presente termo sido assinado pela conciliadora que presidiu a audiência.**

Ludmilla Caroline Gomes Barbosa  
Conciliadora Judicial Formada  
*Assinado digitalmente*

<sup>1</sup> Anexo III, Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, artigo 1º, I da Resolução 125/2010 do CNJ, e artigo do Código de Processo Civil





**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania -  
CEJUSC – Três Lagoas**

Conforme Ofício Circular nº 163.739.075.0001/2022 do NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos), foram orientadas quanto a Pesquisa de Satisfação sobre os serviços prestados pelos CEJUSCs às partes que participam das audiências de mediação e conciliação, conforme resolução nº 125/2010 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), bem como foi disponibilizado respectivo Link e QR Code para acesso à pesquisa.

<https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=bVJ0Y9F7ZUaFtrKKCfWmyCHEWVyoU1Lq-2460Po24FUQjNQVjBRMVhETEtDRIJTMlc4RFNBOVUxMC4u&embed=true%22>

